

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

FERNANDA ARAUJO CORONADO

**DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E RESULTADOS
OBTIDOS PELO IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA
PÚBLICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2015

FERNANDA ARAUJO CORONADO

**DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E RESULTADOS
OBTIDOS PELO IDEB NO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA
PÚBLICO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP**

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.

Orientadora: Profa. Dra. Giovanna Pezarico.

CURITIBA - PR

2015

Aos meus pais que sempre me apoiaram com meus estudos, apesar das dificuldades.
Ao meu noivo que sempre esteve presente em minha vida e me incentivou a prosseguir
através de seu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que representa meu alicerce e me orienta ao longo da vida.

Agradeço aos meus pais e familiares que me ensinaram a ter garra, fé e determinação para continuar. E especialmente por terem contribuído para que eu me tornasse uma cidadã de bem.

Agradeço a todos os professores que ministraram as disciplinas com paciência e dedicação ao longo desta Especialização, sempre estando dispostos a ajudar e contribuir para o aprendizado de todos os estudantes.

Em especial agradeço à minha orientadora Giovanna Pezarico, que não somente me guiou com orientação acadêmica, como também dedicou parte de seu tempo para ensinar, refletir e me fez acreditar que o sonho seria possível, além de me presentear com sabedoria.

RESUMO

CORONADO, Fernanda Araujo. Análise da Distribuição dos Recursos Financeiros e Resultados Obtidos pelo IDEB no Ensino Fundamental do Sistema Público de São José dos Campos-SP. 2015. 53 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Economia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

Este estudo apresentou uma análise comparativa entre aos dados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano e os aspectos orçamentários da Prefeitura Municipal de São José dos Campos destinados à secretaria de educação, de modo a compreender a relação entre eles. Sendo assim, estabeleceu um paralelo entre o orçamento apontado pela Lei Orçamentária Anual - LOA, bem como o Portal da Transparência e os resultados do IDEB. Os dados considerados neste estudo referiram-se aos anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015. Foram apresentadas neste estudo as despesas de acordo com sua respectiva natureza destinadas à educação no ensino fundamental do município. A partir destas naturezas, foram verificadas as maiores e menores despesas, bem como seu impacto em relação aos resultados do IDEB. Desta forma, analisou-se a dinâmica de financiamento do município no que diz respeito à educação no ensino fundamental e os resultados em termos de índices. Trouxe ainda os resultados do IDEB por escola bem como suas respectivas metas. Estes dados foram discutidos em consonância com os autores do referencial teórico abordado. A metodologia utilizada compreendeu a pesquisa qualitativa, estudo de caso, pesquisa descritiva, pesquisa documental e bibliográfica. De modo geral, observou-se uma relação existente entre as despesas com educação e os resultados do IDEB, tendo em vista que estas despesas cresceram ao passo que este indicador também se elevou.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Despesas da Secretaria de Educação. Lei Orçamentária Anual. Natureza de despesa.

ABSTRACT

CORONADO, Fernanda Araujo. Analysis of the Distribution of Financial Resources and Results Obtained by IDEB in Elementary Education of the Public System of São José dos Campos-SP. 2015. 53 f. Monograph (Specialization in Public Management Municipal) - Graduate Programme in Management and Economics, Technological University Federal of Paraná. Curitiba, 2015.

This study presented a comparative analysis of the data obtained by the Education Development Index Basic - IDEB in grade 4 / 5th grade and 8th grade / 9th grade and budgetary aspects from São José dos Campos-SP city for education secretariat in order to understand the relationship between them. This way, it draws a parallel between the budget appointed by the Annual Budget Law - LOA and the Transparency Portal and the results of IDEB. The data used in this study referred to the years 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 and 2015. This study presented expenses according to their respective nature for education in elementary school in the city. From these natures, the major and minor expenses were discovered and their impact with respect to the IDEB results. Thus, it was analysed the municipality's funding dynamics with regard to education in elementary school and the results in terms of indices. It also shows the IDEB results for school as well as their respective goals. These data were discussed in line with the authors approached theoretical. The methodology used comprises qualitative research, case study, descriptive, documentary and bibliographic research. Overall, there was a relationship between the cost of education and the IDEB results, given that these expenses increased while this indicator also increased.

Keywords: Education Development Index Basic. Department of Education expense. Annual Budget Law. Expense of nature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comportamento Esperado para a Trajetória do IDEB ao Longo dos Anos.....	23
Figura 2 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2011.....	33
Figura 3 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2013.....	34
Figura 4 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de janeiro a agosto de 2015	35
Figura 5 – Relação consolidada relativa às despesas da Secretaria de Educação inerentes ao ensino fundamental nos anos de 2011, 2013 e 2015	36
Figura 6 – Natureza de despesa da Secretaria de Educação no ensino fundamental nos anos 2011, 2013 e 2015	40
Figura 7 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil em relação ao total de despesas nos anos 2011, 2013 e 2015	41
Figura 8 – Cinco maiores e menores notas das escolas de 4ª série/5º ano no IDEB de 2011 e seu comportamento em 2013	44
Figura 9 – Cinco maiores e menores notas das escolas de 8ª série/9º ano no IDEB de 2011 e seu comportamento em 2013	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção da População com Ensino Médio Completo, 2006	20
Tabela 2 – Gasto Público em Educação por Aluno como Fração da Renda Per Capita, 2005	20
Tabela 3 – Relação entre o IDEB da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano e as Despesas da Secretaria de Educação do Município de São José dos Campos-SP	30
Tabela 4 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2011	32
Tabela 5 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2013	33
Tabela 6 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2015	34
Tabela 7 – Despesas prioritárias com educação no ensino fundamental de acordo com sua natureza ao longo dos anos 2011, 2013 e 2015	37
Tabela 8 – Despesas não prioritárias com educação no ensino fundamental de acordo com sua natureza ao longo dos anos 2011, 2013 e 2015	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
PAR	Plano de Ações Articuladas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico
MEC	Ministério da Educação
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Problema de Pesquisa	10
1.2. Justificativa	11
1.3. Objetivo Geral.....	12
1.4. Objetivos Específicos	12
1.5. Procedimentos Metodológicos.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. Educação como Direito: o contexto da Educação Básica.....	14
2.2. A qualidade da educação básica: aspectos da avaliação.....	18
2.3. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).....	22
3. METODOLOGIA	25
3.1. Caracterização da Pesquisa.....	25
3.2. Procedimentos da Pesquisa e Análise de Dados	27
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como contexto a destinação dos recursos financeiros do município de São José dos Campos-SP à área da educação com o intuito de verificar se há contribuição para o aprimoramento da qualidade no âmbito escolar e, por conseguinte, melhoria dos resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB no ensino fundamental do sistema público. Neste sentido, o mesmo encontra-se inserido na área de Administração Pública, mais especificamente no tema da Educação Pública, com a finalidade de estabelecer um paralelo entre os recursos oriundos da Administração Pública Municipal destinados à educação e os resultados verificados pelo IDEB no ensino fundamental.

Este estudo por intermédio da análise e confrontação dos dados relativos aos recursos financeiros e o índice da educação básica, leva em consideração as preocupações contemporâneas cujo objetivo é proporcionar maior eficiência e qualidade da educação.

O IDEB apresenta enfoque pedagógico e seu cálculo é baseado na aprovação escolar, cuja informação é oriunda do Censo Escolar e nas médias de desempenho nas avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, sendo o Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB para as unidades da federação e para o país e a Prova Brasil para os municípios (CASTRO, 2009).

A educação está diretamente relacionada à cidadania, representando um direito social previsto na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Ainda de acordo com a Constituição, a educação é um direito cuja responsabilidade é dividida entre Estado e família, no que concerne à oferta de vagas e permanência escolar e tem por objetivo o “pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” (CORRÊA; SERRAZES, 2013, p.14).

Desta forma, verifica-se a importância da análise da destinação dos recursos financeiros e dos resultados obtidos através das avaliações inerentes à educação básica no ensino fundamental do sistema público de São José dos Campos-SP.

1.1. Problema de Pesquisa

Os recursos financeiros destinados à Educação Básica do ensino fundamental no município de São José dos Campos-SP vêm sendo aplicados para a melhoria de sua qualidade?

1.2. Justificativa

Conforme verificado por Castro (2009, p. 5), a implantação dos sistemas de avaliação educacional avançou significativamente nos últimos 15 anos no Brasil, o que representa hoje uma das políticas de avaliação mais eficientes no mundo.

Um dos sistemas de avaliação é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB que tem por finalidade a definição de metas e o acompanhamento da qualidade do ensino básico no país, trazendo informações relativas ao desempenho de cada escola. Este indicador mede o fluxo escolar e o desempenho dos alunos nas avaliações.

Este estudo leva em consideração a importância do IDEB como forma de verificar a alocação dos recursos destinados à educação por parte da prefeitura de São José dos Campos-SP. Ou seja, permite analisar o valor financeiro destinado à educação num dado período e quais os resultados obtidos no IDEB neste mesmo momento. Posteriormente, verificar se o aumento ou diminuição dos recursos financeiros afetam de alguma maneira estes índices e diagnosticar quando é necessário manter, melhorar, ter atenção e entrar em alerta no que concerne a este indicador, resultado do desempenho acadêmico de alunos do ensino fundamental do município.

Este paralelo estabelecido entre os recursos financeiros e os resultados obtidos pelo IDEB é de relevante interesse da gestão pública municipal, já que por intermédio desta verificação, pode analisar a gestão como um todo, a alocação destes recursos e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas na área da educação. Com este estudo, alguns questionamentos podem ser realizados pela Administração Pública Municipal: será que estes resultados têm sido impactados pelo aumento ou diminuição dos recursos destinados? Quais políticas a prefeitura pode adotar como forma de manter ou melhorar os resultados dos indicadores?

Cabe ainda ressaltar a importância do IDEB para a educação e como afirma Colombo e Cardim (2010), este índice evita o crescimento da aprovação sem um aprendizado de fato pelos alunos e evita a reprovação excessiva, excluindo certos alunos com pior desempenho e tomando como base os alunos com as melhores notas.

Em relação às mudanças na economia no ano de 2015, cujos cortes se estendem à educação, é destacado na Revista Escola Pública que:

Temos uma tensão, muito tradicional e cultural no Brasil, entre os valores proclamados, sobretudo no ordenamento jurídico, e a posterior execução das políticas educacionais. De modo geral, sobretudo nos regimes democráticos, os valores proclamados são bastante avançados, como é o nosso caso, seja na Constituição de 1988, seja no atual PNE. Entretanto, as políticas educacionais não se

descolam de contextos mais amplos e hoje sabemos que o país está passando por uma crise bastante complexa que envolve do setor econômico até o setor político, óbvio que isso trará consequências para o bom encaminhamento das políticas públicas, em especial a da educação. Essa tensão só pode ter como saída positiva a sociedade civil cobrando aquilo que foi consagrado em lei, o que se torna bastante importante, sobretudo quando a própria presidente da República anuncia que o lema do próximo quadriênio será "Pátria educadora". No campo específico do PNE, o que vai além do posto na Constituição em termos de vinculação - os 25% para as redes e 18% para a União -, dependerá dos recursos do pré-sal. Como a Petrobras está em crise, não sabemos se os recursos que são esperados a partir do Fundo Social, dos royalties do petróleo, poderão irrigar a área da educação. (CURY. 2015).

Tendo em vista a situação econômica que o Brasil tem passado no ano de 2015, é importante destacar que estes “cortes” afetam diretamente a educação, especialmente o IDEB e a criação de políticas públicas voltadas para sua qualidade.

Este assunto além de interesse do poder público é também relevante principalmente para alunos, professores e toda a comunidade escolar como meio de buscar eficiência e qualidade na educação.

1.3. Objetivo Geral

Analisar como o IDEB do ensino fundamental do município de São José dos Campos-SP tem sido impactado pela alocação de recursos financeiros na área da educação por parte do poder público municipal de modo a contribuir para a qualidade na educação.

1.4. Objetivos Específicos

- Identificar os resultados obtidos pelo IDEB em decorrência do recurso destinado à educação entre os anos 2011 e 2015;
- Analisar a relação existente entre os recursos financeiros e os resultados apontados pelo IDEB;
- Diagnosticar a situação existente como forma de possibilitar melhorias na qualidade da educação.

1.5. Procedimentos Metodológicos

Quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008). Na pesquisa bibliográfica, tomando como base artigos científicos e livros que tratam da educação, dos sistemas de avaliação, das políticas da educação básica, entre outros. Todavia, a pesquisa bibliográfica somente foi utilizada para contextualização, já que o foco consistiu na pesquisa documental. Na utilização da pesquisa documental, tomou-se como base

dados oriundos de entidades ligadas à Administração Pública e demais instituições afins, como por exemplo, a Prefeitura Municipal de São José dos Campos-SP.

Os dados resultantes das provas aplicadas como o IDEB pelos órgãos competentes foram organizados de modo a se vincularem com a distribuição dos recursos financeiros dentro do ambiente educacional. Desta maneira, foi possível analisar a evolução dos resultados da política educacional em função da forma como os recursos financeiros estão sendo distribuídos.

De modo geral, este estudo pautou-se pela pesquisa qualitativa, já que estabelece relações de natureza qualitativa entre indicadores e alocação de recursos.

Este estudo ainda foi compreendido como estudo de caso e como pesquisa descritiva. Foi verificado como estudo de caso, pois tem como contexto o município de São José dos Campos-SP. Como pesquisa descritiva, notou-se uma descrição dos dados relativos ao IDEB bem como aspectos de financiamento.

A metodologia empregada está dividida em dois capítulos, sendo o primeiro a caracterização da pesquisa e o segundo os procedimentos da pesquisa e análise de dados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente fundamentação teórica aborda assuntos como o conceito de educação, focalizando a educação básica, a educação como direito e histórico deste “direito conquistado” ao longo dos anos. Destaca a responsabilidade do Estado com relação à educação, distribuída pelos níveis da Gestão Pública, compreendendo a União, os Estados e os Municípios.

O estudo também é estruturado levando em conta fatores como a formação do professor e das condições de trabalho. Além dos aspectos objetivos, consideram-se também aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Destaca que a qualidade da educação leva em consideração fatores intra e extraescolares.

Ainda são apresentados os instrumentos de avaliação como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Por fim, realiza-se um aprofundamento do IDEB.

2.1. Educação como Direito: o contexto da Educação Básica

A educação pode ser conceituada seguindo diversos contextos da sociedade. Segundo Vianna (2006), o conceito de educação em sentido macro refere-se a tudo que pode ser realizado de modo a contribuir para o desenvolvimento do ser humano e em menor sentido, refere-se a instruir e desenvolver competências e habilidades.

O conceito de educação na perspectiva do trabalho educativo é apresentado da seguinte forma:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 2008, p. 13).

Como verificado por Cury (2008), educação básica compreende um conceito novo, buscando gerenciar uma diversidade de realidades novas deixadas pela procura de um espaço público novo. De maneira etimológica, a palavra básica, oriunda de “base”, na qual deriva do grego *básis*, *eós* refere-se a um substantivo, isto é, fundação, pedestal e ao mesmo tempo refere-se a um verbo, ou seja, andar, avançar. Constitui direito do cidadão e dever do Estado, atuando no campo das desigualdades sociais. A educação básica tem por objetivo o

desenvolvimento do aluno, proporcionando-lhe formação comum para que possa exercer a cidadania e lhe forneça formas de progresso no trabalho e avanço nos estudos.

Neste sentido, tal aparato também está disposto no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, no qual, a educação é compreendida como dever do Estado e da família, tem a finalidade de desenvolver plenamente a pessoa, preparando-a para exercer a cidadania e se qualificar para o trabalho.

Segundo Delevatti (2006), apenas em 1988 elevou-se o direito à educação com fundamental importância, por intermédio da Constituição da República, momento este em que a Carta Magna trouxe uma diversidade de garantias de modo a proporcionar sua efetividade. Percebe-se que a educação no Brasil começou com os padres jesuítas que catequizaram os índios. Até o ano de 1759, os jesuítas representaram a única forma de educação no país. Logo após este período, os jesuítas criaram suas escolas, passando à igreja a obrigação da educação aos cidadãos, entretanto, não tinha caráter popular. Por parte do governo, existiam apenas escolas militares e a educação tornou-se extremamente restrita até 1808. Somente com a proclamação da independência em 1822 que passou a existir certa atenção à educação destinada ao povo. Na Constituição Imperial Brasileira, a educação apresentava-se de maneira lenta e havia a participação da igreja no ato de ensinar. Vale destacar que o ensino era determinado pela Coroa, já que pelo fato de as elites estarem no poder, não havia tanto interesse de desenvolver um senso crítico na população.

A monarquia se rompeu em 15 de novembro de 1889. A Constituição de 1988 caracterizou-se num marco na história do Brasil, representando um avanço nunca visto antes por outros textos constitucionais. Foi através da Carta Constitucional que se elevou a educação como direito público subjetivo cujo acesso é obrigatório e gratuito e em caso de não se oferecer, caracteriza-se como responsabilidade do Estado. Desta forma, a educação básica concretiza-se como direito social garantido a todos os cidadãos.

A lei nº 9.394/96 determina as diretrizes e bases da educação brasileira. Retornando ao conceito de educação, verifica-se que esta compreende a praticar de forma contínua a transmissão e recebimento de informações, construídas ao longo do tempo.

Em relação à obrigatoriedade do ensino, observa-se que de acordo com Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011), este encontrava-se restrito ao ensino fundamental. A Emenda Constitucional nº 59 de 2009, ampliou o conceito de obrigatoriedade, compreendendo “Quando falamos que o ensino é obrigatório, estamos querendo dizer que todas as crianças e adolescentes nessa idade devem estar na escola, seja na zona rural ou na urbana, seja uma criança com deficiência ou não”. Com esta Emenda Constitucional, estabeleceu-se que até

2016 de forma progressiva, toda a educação básica terá caráter obrigatório para estudantes com idade entre 4 e 17 anos.

Ainda segundo Rizzi, Gonzalez e Ximenes (2011), o Brasil alcançou alguns avanços na educação, como por exemplo, a taxa de analfabetismo caiu de 13,6% no ano de 2000 para 9,6% no ano de 2010 e atualmente praticamente todas as crianças com faixa etária de 6 e 14 anos estão matriculadas na escola. Entretanto, existem muitos problemas que precisam ser enfrentados na contemporaneidade, pois muitos indivíduos desistem de estudar; muitas escolas não apresentam qualidade suficiente e muitos jovens não encontram oportunidade para ingresso na educação superior.

Além disso, é importante considerar as vinculações dos direitos inerentes ao âmbito da educação, com as agendas internacionais, tais como a Declaração dos Direitos Humanos (1948), em seu artigo 26, destaca-se que:

A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (USP, 2015).

Por decorrência, conforme aponta Rodrigues (1986), o dever da educação é de responsabilidade do Estado, cumprido pelos três níveis da gestão pública: União, Estados e Municípios. No que compete à responsabilidade da União, o Ministério da Educação é responsável por coordenar a formulação das diretrizes básicas relativas à educação. Cabe à União realizar a política nacional da educação escolar e determinar um currículo de caráter básico para todos os níveis de ensino em áreas fundamentais. É ainda de responsabilidade da União, a coordenação da política de formação de educadores de modo que possam atuar em todos os níveis educacionais.

Esta política não pode ser somente regionalizada, pelo fato do importante ser a formação do cidadão brasileiro, sendo assim o porquê da responsabilidade ser da União. O Ministério da Educação também cuida da formação de profissionais, técnicos e cientistas, analisando sempre as exigências de cunho social do mundo que alavancam o desenvolver do Brasil. Compete aos estados e municípios, formular e executar a política de educação de 1º e 2º graus. A maneira de colocar em prática as metas universais deve ser de responsabilidade dos estados.

Dourado et al. (2006) define as responsabilidades de cada ente federado com relação à oferta de educação:

- União: coordenação da política nacional de educação; função normativa, redistributiva e supletiva; criação do Plano Nacional de Educação; organização e manutenção de órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino; criação de diretrizes curriculares; disseminação de informações acerca da educação; avaliação da educação em todos os seus níveis e; normatização de cursos superiores e reconhecimento destes cursos;
- Estados: manutenção de órgãos oficiais de sistemas de ensino; execução de planos educacionais; reconhecimento de cursos superiores; normas suplementares e; garantia do ensino fundamental e prioridade do ensino médio;
- Municípios: manutenção de órgãos oficiais de sistemas de ensino; normas complementares; autorização de estabelecimentos de sistema de ensino e; oferta da educação infantil e prioridade do ensino fundamental.

Com relação à Gestão Pública e seguindo a legislação vigente, os municípios atuam com prioridade na educação infantil e fundamental, já os estados são responsáveis pelo ensino fundamental e com prioridade o ensino médio. Em relação ao Distrito Federal, visa oferecer toda a educação básica. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação coloca como papel da União organizar o sistema de ensino superior e apoio aos demais entes.

Acerca do âmbito da Gestão Pública em consonância à responsabilidade dos entes federados, considera-se que:

O federalismo desenvolvido no Brasil e amparado legalmente pela Constituição de 1988 se defronta com a amplitude geográfica, a diversidade econômica e capacidade de governabilidade que envolve o território nacional. Não bastasse isso, se fizeram distintos os rumos das políticas públicas com a redefinição do papel do Estado no âmbito das reformas intensificadas a partir dos anos 1990.

Deve-se assinalar, portanto, que a discussão sobre federalismo na educação está articulada ao debate sobre o planejamento enquanto instrumento de gestão no fortalecimento do pacto federativo com vistas a garantir o cumprimento das responsabilidades dos entes federativos conforme estabelecido na legislação educacional. Analisar as relações intergovernamentais que se estabelecem nesse regime de colaboração torna-se pois imprescindível quando se quer focalizar a gestão da educação municipal sob a égide da elaboração e implementação do PAR, instrumento de planejamento em evidência no cenário das políticas educacionais brasileiras no momento atual. (COSTA; ARAUJO, 2013, p. 5).

Desta forma, verifica-se a importância da existência de uma “harmonia” entre os entes federados, isto é, União, Estados e Municípios, tendo em vista que embora tenham responsabilidades individualizadas, todos tem o mesmo objetivo em comum, o cumprimento das políticas educacionais no país.

2.2. A qualidade da educação básica: aspectos da avaliação

Dourado, Oliveira e Santos (2007) afirmam que interpretar a qualidade da educação pode trazer diversas compreensões, isto é, existem muitas maneiras de avaliar e precisar as características do processo educativo, desde a produção até a disseminação de conhecimentos. A educação encontra-se presente em diversos espaços, sendo motivo para políticas públicas destacando-se por seu importante papel nos processos formativos. Cada país determina as bases para seu próprio sistema educacional.

Os conceitos em relação à qualidade da educação se modificam com o passar do tempo, considerando as transformações e demandas sociais. No que diz respeito à influência dos organismos, verifica-se que seu papel tem ganhado relevância, como é visto que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Banco Mundial têm apoiado tecnicamente e criado projetos educativos para países em desenvolvimento. E nas últimas décadas, houve a participação neste processo de organismos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE. A CEPAL dá foco para uma necessidade de desenvolver formas de medir a qualidade da educação. O Banco Mundial financia projetos buscando igualdade e eficiência em relação à qualidade da educação.

A educação leva em consideração um dinamismo social, econômico, político, pedagógico e cultural de uma determinada sociedade. A qualidade da educação envolve fatores extra e intraescolares. É verificada a importância da priorização da educação como política pública, implicando em ações como: aumento de recursos com destino à educação, articulação entre políticas e programas, efetivação da administração democrática das escolas bem como de seus sistemas, tornar regulamentado o regime de colaboração entre os entes da federação, entre outros (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Construir e explicitar assuntos ligados à qualidade da educação tem se tornado preocupação, ocupando espaço na agenda de políticas públicas e na agenda de pesquisadores da área. Para se enfrentar os desafios para uma educação de qualidade, deve-se levar em consideração fatores como o estudo das condições de trabalho, do currículo, da gestão escolar, da formação do professor e nos sistemas escolares que se expressam através dos resultados oriundos de avaliações externas.

A qualidade da educação é vista como um fenômeno complexo, extremamente abrangente. Além de verificar os aspectos objetivos, é preciso levar em conta características da gestão pedagógica, administrativa e financeira, o modo de enxergar dos agentes escolares e da comunidade com relação à finalidade de uma escola e do trabalho que deve ser desenvolvido. É necessário que existam condições e insumos para que possa se ofertar um ensino de qualidade. A gestão deve estar alinhada aos aspectos pedagógicos. Estes insumos são indispensáveis, é preciso que existam condições adequadas de trabalho, que os profissionais estejam engajados e motivados com seu trabalho (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007).

De acordo com os mais diversos estudos e pesquisas, a qualidade da educação é resultado de fatores técnicos, políticos e pedagógicos, o que ainda deve levar em conta aspectos de relevante importância como condições de ensino, desvalorização profissional, desigualdades sociais, econômicas e culturais dos alunos, atualização dos profissionais da educação. É importante destacar que não apenas os insumos são considerados relevantes para a qualidade da educação, como também a participação ativa e conjunta de pais e alunos no processo educativo.

Como condições extraescolares, é preciso considerar as determinações e possibilidades de superar as condições de vida das pessoas menos favorecidas e assistidas. De acordo com pesquisas, estas determinantes afetam diretamente nos processos educativos e nos resultados escolares. Pode-se destacar também que fatores como nível de renda, acesso à internet, nível de escolaridade dos pais, participação dos pais na vida acadêmica de seus filhos, hábito de leitura destes pais, entre outros afetam diretamente no desempenho destes estudantes. As políticas públicas impactam diretamente na qualidade da educação:

A produção de qualidade da educação, sob o ponto de vista extra-escolar, implica, por um lado, políticas públicas, programas compensatórios e projetos escolares e extra-escolares para enfrentamento de questões como fome, violência, drogas, sexualidade, desestruturação familiar, trabalho infantil, racismo, transporte escolar, acesso à cultura, saúde e lazer, entre outros, considerando-se as especificidades de cada país e sistema educacional. (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 15).

No tocante às condições de oferta de ensino, avalia-se: laboratórios existentes, equipamentos, bibliotecas, áreas de lazer, serviços oferecidos, existência de professores e administrativos, material de consumo e permanente, condições de acessibilidade, segurança. Em síntese, pode-se verificar que mensurar a qualidade da educação é uma tarefa bastante complexa, pois compreende a análise de diversos fatores intra e extraescolares, precisando mapear determinantes e compreendendo a realidade local, regional e nacional.

A escolaridade média da população caracteriza-se no indicador mais utilizado em relação ao nível da educação, sendo esta medida pelos anos de estudo. A composição da educação da população refere-se a outro indicador de quantidade de educação. (Velo et al., 2009, p. 4).

Pode-se observar na Tabela 1 a proporcionalidade no que concerne à população com ensino médio completo no ano de 2006:

Tabela 1 – Proporção da População com Ensino Médio Completo, 2006

	Faixa Etária					Diferença
	25-64	25-34	35-44	45-54	55-64	(25-34) - (55-64)
	[em %]					
Brasil	30	38	32	27	11	27
Alemanha	83	84	85	83	79	5
Canadá	86	91	89	85	76	15
Chile	50	64	52	44	32	32
Coréia do Sul	77	97	90	62	37	60
Espanha	50	64	55	43	27	37
Estados Unidos	88	87	88	89	87	0
Finlândia	80	90	87	80	63	27
França	67	82	72	61	52	30
Grécia	59	75	67	53	34	41
Irlanda	66	82	71	58	41	41
Israel	80	86	82	76	70	16
Itália	51	67	55	47	32	35
México	32	39	36	28	17	22
Portugal	28	44	28	20	12	32
Reino Unido	69	76	70	67	61	15
Rússia	88	91	94	89	71	20
Turquia	28	37	25	22	15	22

Fonte: Velo et al., 2009, p. 5

Apenas 30% da população com idade entre 25 e 64 anos concluíram o ensino médio, ao passo que em países como Alemanha, Estados Unidos e Rússia atingiram mais de 80% de sua população. Outro fator a ser considerado em relação à qualidade da educação, é o gasto por parte do poder público por aluno como fração da renda per capita, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Gasto Público em Educação por Aluno como Fração da Renda Per Capita, 2005

Países	[em %]			
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Gasto Total/PIB
Brasil	15,4	11,4	95,0	4,4
África do Sul	14,3	17,6	50,1	5,3
Argentina	11,3	15,7	11,8	3,8

Chile	12,0	13,2	11,6	3,4
Colômbia	19,2	18,0	24,2	4,8
Coréia do Sul	18,8	23,4	9,3	4,4
Espanha	19,1	23,4	22,8	4,2
Estados Unidos	20,7	23,1	23,4	5,3
França	17,4	27,0	33,3	5,7
Índia	8,9	16,7	57,8	3,2
Irlanda	14,7	21,8	24,8	4,8
Japão	22,2	22,4	19,2	3,5
México	15,2	16,4	41,8	5,5
Portugal	23,2	24,7	27,1	5,4
Reino Unido	18,9	20,3	32,3	5,5
Uruguai	8,7	10,3	18,5	2,8

Fonte: Veloso et al., 2009, p. 11

De acordo com a Tabela 2, o gasto público com educação corresponde a cerca de 4,4% do PIB, valor este que encontra-se inferior a países desenvolvidos como Estados Unidos e França.

Como verificado por Veloso et al. (2009), em relação à obtenção de melhorias na qualidade da educação, foram introduzidos instrumentos de avaliação do ensino. No que diz respeito ao ensino básico, houve a reformulação do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, sistema este criado em 1988. Entretanto, somente em 1995 que ocorreram mudanças neste modelo de avaliação. A mudança mais importante foi o fato de o sistema permitir comparar os resultados ao longo do tempo e além disso, a prova tornou-se bienal. O ensino médio também passou a ser avaliado e houve a inclusão das escolas particulares no exame.

No ano de 1998, criou-se o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, cuja finalidade era de avaliar o nível dos estudantes que o estão concluindo ou que tem por objetivo ingressar no ensino superior. Hoje em dia, muitas universidades utilizam o ENEM como maneira de ingresso.

Outro instrumento que foi criado para medir a qualidade da educação foi o Provão, cuja implantação ocorreu em 1996, cujo objetivo era de avaliar os resultados obtidos pelas instituições de ensino superior. Sua característica refere-se ao fato de ser universal e anual.

Importante destacar que no governo Fernando Henrique Cardoso, algumas políticas voltadas à educação foram criadas como o Bolsa Escola e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF.

Segundo Alavarse, Bravo e Machado (2013) existe uma preocupação em compreender quais políticas voltadas à educação podem impactar de forma positiva em sua qualidade.

Desta forma, como sistema de avaliação central do presente estudo, verifica-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

O IDEB foi criado no ano de 2007 e toma como base o fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações.

As metas de qualidade relativas à educação básica do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE permite que as escolas se organizem para que melhor atendam seus alunos. O PDE teve sua criação em 2007, objetivando a melhoria da qualidade da educação no país, permitindo que o MEC se organize e trabalhe com estados e municípios. O PDE apresenta uma série de diretrizes, mas pode-se citar algumas como o estabelecimento da ênfase à aprendizagem; alfabetização de crianças até 8 anos de idade; acompanhamento individual dos alunos, por intermédio de avaliações; combate à evasão; valorização da ética e; promoção da gestão participativa (BRASIL, 2011).

Em síntese pode-se observar que o PDE auxilia na mensuração dos resultados obtidos pelas políticas de avaliação como, por exemplo, o IDEB.

2.3. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

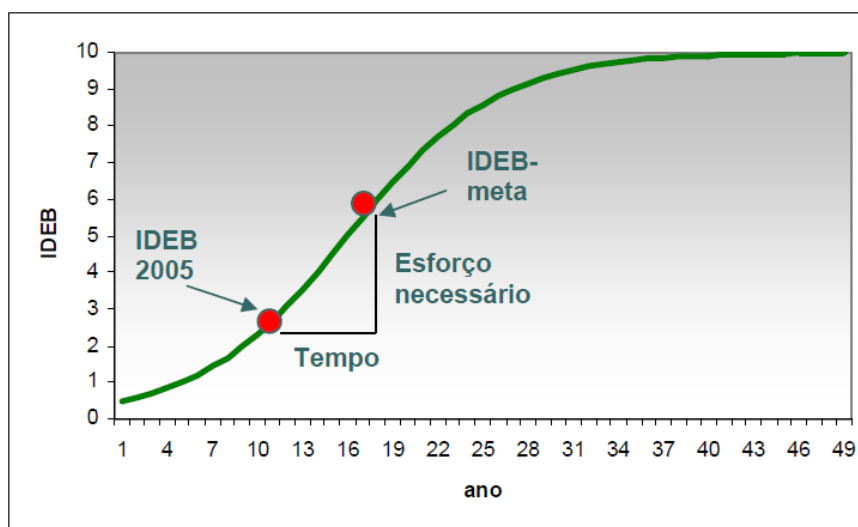
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) compreende um indicador que mede a qualidade da educação, levando em conta o fluxo escolar, isto é, aprovação e reprovação e média nas avaliações Sistema de Avaliação da Educação Básica e Prova Brasil. Este indicador tem por alicerce planejar e informar, de modo a garantir uma educação de qualidade. O IDEB é apresentado numa escala de zero a dez, cujas metas são bianuais até 2022. Verifica-se que nos anos iniciais do ensino fundamental na rede pública, o IDEB em nível Brasil apresentou média em 2005 de 3,8, ao passo que em 2007 este número passou para 4,2 e em 2009 ficou em 4,6 (BRASIL, 2011).

As metas diferem para cada escola e rede de ensino, cujo objetivo é atingir 6 pontos até 2021, média que corresponde aos países desenvolvidos. O IDEB permite mobilizar a sociedade em favor da educação. Consiste numa importante ferramenta que acompanha as metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação para a educação básica. O indicador atinge não somente a esfera nacional, mas também, a estadual e municipal, verificando as metas em caráter individual. Os estados e municípios devem contribuir para que o país consiga atingir a meta de 6 pontos. A fórmula de cálculo do IDEB é composta da seguinte forma: $IDEB_{ji} = N_{ji}P_{ji}$, que significa: *i* representa o ano do exame (SAEB e Prova Brasil) e do Censo Escolar; N_{ji} quer dizer a média da proficiência em português e matemática,

através de um indicador de 0 a 10 e; P_{ji} refere-se a um indicador de rendimento cuja base consiste na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos (FERNANDES, 2007).

De acordo com Fernandes (2007), um sistema de ensino desejável é aquele na qual os alunos tenham acesso à escola, não desperdicem seu tempo com repetências, não abandonem a escola e por fim, aprendam. Sendo assim, a Figura 1 demonstra o comportamento esperado para a trajetória do IDEB ao longo dos anos:

Figura 1 – Comportamento Esperado para a Trajetória do IDEB ao Longo dos Anos



Fonte: Fernandes (2007)

Conforme destaca Rios (2012), o IDEB apresenta potencial de contribuição para com os gestores das escolas sobre a realidade de cada unidade e desta forma, permite otimizar a aplicação de recursos em áreas consideradas prioritárias. Entretanto, a Prova Brasil, que acarretará no IDEB não leva em conta as peculiaridades locais, necessitando que o dia a dia de uma escola seja sempre monitorado. Sendo assim, é indispensável que as avaliações internas se articulem com os resultados das avaliações externas, representando assim, uma forma fundamental para a gestão escolar, cujo objetivo central é a qualidade da educação. Destaca ainda que a qualidade da educação se entrelaça com uma gestão democrática, articulada entre escola, família e comunidade, através do desenvolvimento de ações pedagógicas e administrativas. Sendo assim, surge a importância do papel do gestor escolar, de modo a convidar e motivar o diálogo e a realização do trabalho coletivo. O gestor concedendo autonomia às escolas, precisa também elaborar o projeto político pedagógico com toda a comunidade da escola. Dar voz a estes gestores e secretários municipais da educação acarreta em impacto nos resultados obtidos pelo IDEB.

No que diz respeito à relação estabelecida entre o IDEB e a gestão pública bem como o papel de financiamento em tal perspectiva, depreende-se segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação por Haddad (2008) que este indicador possibilita a identificação de redes e escolas públicas mais frágeis, obrigando a União a implantar soluções para os casos mais urgentes, através do repasse de transferências voluntárias tendo como alicerce critérios substantivos. A ideia consiste em atender os municípios e escolas com os piores indicadores, especialmente àqueles que estejam abaixo da média do Brasil. Desta forma, o MEC precisará intervir com relação à postura dos entes federados.

De acordo com Soares e Xavier (2013), O IDEB mostra que as escolas devem ser avaliadas pelo aprendizado dos alunos em relação às suas capacidades e trajetória na escola e não apenas pelo ensino ou gestão ou ainda pelos recursos que se encontram disponíveis. Desta forma, o IDEB apresenta influência na educação brasileira, já que permite a análise e avaliação desta educação básica. Este indicador destaca ainda o “aprender” e a regularidade na escola como “fatores – chave” no processo educacional, sem questionar necessariamente a necessidade de novos recursos.

As informações aqui tratadas no capítulo 2 retratam a real importância da educação para a sociedade, sendo esta direito de todos e dever do Estado. Ela precisa estar alinhada entre Estado e família. A educação deve sempre visar o desenvolvimento do aluno, de modo que ele possa prosseguir nos estudos e ingressar no mercado de trabalho.

Esta pesquisa é de extrema importância para demonstrar o quão valiosa é a educação para um aluno e que esta está prevista na Constituição, não devendo nenhuma criança estar fora das escolas. Além disso, esta pesquisa é importante para reforçar que a União, os Estados e Municípios têm responsabilidades em comum para com a educação, não podendo se isentar destas.

Por fim, é relevante destacar ainda que o IDEB representa um indicador na qual se verifica a qualidade da educação, sendo este necessário para mobilização da sociedade em favor da educação. Por estes motivos, o IDEB representa o “fator chave” deste estudo.

3. METODOLOGIA

3.1. Caracterização da Pesquisa

Pesquisa de acordo com Fonseca (2009) representa uma atividade orientada para a solução de problemas, partindo de um problema e buscando uma solução. Além disso, pode ser compreendida como uma maneira de obter conhecimentos em relação a um determinado fato.

No que diz respeito ao termo metodologia, Costa (2001 apud BONAT, 2009, p. 21) afirmam que:

Metodologia é a ciência que estuda os métodos utilizados no processo de conhecimento. É, portanto, “[...] uma disciplina que se relaciona com a epistemologia e consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no âmbito das implicações de suas aplicações”.

Partindo desta afirmação, questiona-se: o que compreende o conceito de método?

Segundo Bonat (2009), método representa a direção a ser seguida pelo pesquisador, partindo da formulação do problema, até a resposta ao problema quando a pesquisa termina. Representa as etapas em busca da verdade.

Referente à distinção entre método e metodologia, Minayo (2007 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 13), expõem que:

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Dessa forma, a metodologia vai além da descrição dos procedimentos (métodos e técnicas a serem utilizados na pesquisa), indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo. No entanto, embora não sejam a mesma coisa, teoria e método são dois termos inseparáveis, “devendo ser tratados de maneira integrada e apropriada quando se escolhe um tema, um objeto, ou um problema de investigação”.

Assim, por considerar tais preceitos como orientadores do presente estudo, bem como, para atender aos objetivos pretendidos pelo mesmo, o percurso metodológico amparou-se em algumas abordagens que conciliam a vigilância crítica e o ferramental teórico-metodológico para sua execução.

Desta maneira, pode evidenciar em termos preliminares que a abordagem do estudo pauta-se pela pesquisa qualitativa.

De acordo com Souza, Santos e Dias (2013), a pesquisa qualitativa é aquela cujas questões são abertas e exploratórias, cuja amostra é pequena, a análise é subjetiva e interpretativa, a pesquisa pode ser exploratória, os resultados consideram atitudes, opiniões e

expectativas. Apresenta caráter subjetivo, permitindo interpretação com diversas realidades. Apresenta sistema organicista, trabalha com a observação e com particularidades. Este tipo de pesquisa leva em consideração algumas técnicas tais como a pesquisa-ação, observação participante, pesquisa intervenção, relatos da vida, estudo de caso, etc.

Neste sentido, apesar do estudo debruçar-se sobre dados emanados do IDEB, importante indicador da qualidade no contexto da educação básica, a perspectiva de análise foi qualitativa, na medida em que o estudo busca estabelecer análises e relações de caráter qualitativo entre os indicadores e políticas de financiamento no âmbito da educação básica e das inter-relações com a gestão pública.

Da mesma forma, é importante evidenciar a característica de estudo de caso, isto é, dados qualitativos, de caráter subjetivo, compreendendo os dados relativos ao IDEB como um fator impactado pelos recursos destinados à educação por parte da gestão municipal, com foco no município de São José dos Campos.

Este estudo também é considerado como um estudo de caso, pois contextualiza o município de São José dos Campos. Analisa a problemática levando em consideração os dados inerentes ao município em questão.

Prodanov e Freitas (2013) consideram que estudo de caso representa um estudo aprofundado de um ou alguns objetos de forma a obter seu conhecimento. Busca a coleta e análise de informações em relação a um dado indivíduo ou grupo com a finalidade de compreender os aspectos diversos de sua vida. Este estudo tenta esclarecer uma decisão, motivos e resultados. Em síntese, procura examinar um determinado fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto.

Em termos de abordagem, há que enfatizar ainda a decisão sobre a abordagem descritiva. Conforme compreendido por Rampazzo (2005), a pesquisa descritiva tem por objetivo observar, registrar, examinar, relacionar fenômenos sem qualquer forma de manipulação. Este tipo de pesquisa visa descobrir a frequência com que determinado fenômeno acontece, suas características e natureza. Compreende as situações que passam a ocorrer na vida política, econômica, social e outras considerações acerca do comportamento humano.

Segundo Fonseca (2009), a pesquisa descritiva retrata a realidade da forma que ela é mostrada, cuja interpretação é verificada através da observação, do registro e da compreensão de variáveis. Compreendem objetivos da pesquisa descritiva: familiarização com um dado fenômeno; compreender atitudes e pontos de vista das pessoas; saber da motivação das

pessoas para dadas ações e; realizar um estudo de caso acerca de um indivíduo, grupo ou empresa.

Sendo assim, o presente estudo busca estabelecer sínteses a partir da descrição e analisará os dados obtidos pelo IDEB, descrevendo-os e articulando-os à problemática da pesquisa de forma a estabelecer sínteses consistentes acerca das relações entre os indicadores da qualidade da educação básica do município em estudo e aspectos de seu financiamento.

Este estudo utiliza a pesquisa bibliográfica como subsidio para contextualização e apropriação conceitual, entretanto, a ênfase do mesmo se dá pela pesquisa documental.

Rampazzo (2005), afirma que a pesquisa documental busca levantar informações de “dados primários”, sendo estes dados localizados em outros dados como fontes estatísticas, fontes não-escritas e arquivos. Os arquivos podem ser particulares ou públicos. Os arquivos particulares são de propriedade de indústrias, escolas, bancos, igrejas, entre outros. Já os arquivos públicos compreendem documentos oficiais, isto é, leis, atas, editoriais, ofícios, etc e documentos de caráter jurídico vindos de cartórios, como por exemplo, inventários, testamentos, escrituras, certidões, etc. As fontes estatísticas compreendem a coleta de dados estatísticos, oriundos de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Banco Central, entre outros. As gravações, filmes, desenhos, esculturas e pinturas são caracterizados como fontes não-escritas.

Como definição acerca de dados primários e dados secundários, Miguel (2012) considera que “os dados primários são aqueles coletados diretamente na fonte primária, ou seja, obtidos diretamente na própria organização ou indivíduo estudado” e “dados secundários são aqueles que não tiveram tratamento analítico”.

As informações relativas ao IDEB e aos recursos destinados à área da educação puderam ser encontradas em arquivos da prefeitura de São José dos Campos, secretaria municipal de educação e demais fontes.

3.2. Procedimentos da Pesquisa e Análise de Dados

Em relação ao presente estudo foram utilizados dados oriundos de fontes do poder público, isto é, informações obtidas através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, da prefeitura de São José dos Campos-SP e Secretaria da Educação. Foram considerados como fonte de pesquisa a Lei Orçamentária Anual - LOA do município e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

O IDEB analisa as trajetórias de alunos compreendidos entre a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, compreendendo os anos entre 2005 e 2013, bem como as metas projetadas entre 2007 e 2021. Estabelecendo um paralelo com o IDEB foi verificada a Lei Orçamentária Anual do município entre os anos de 2010 e 2015, como forma de alocação de recursos financeiros destinados à secretaria de educação. Os canais de acesso foram os portais da internet, sendo o portal do IDEB e o da prefeitura municipal.

Os dados foram apresentados na forma de gráficos e tabelas, permitindo assim uma melhor visualização destes e ainda possibilitando o estabelecimento de uma análise interpretativa acerca do problema de pesquisa, qual seja entre duas categorias previamente estabelecidas: os índices obtidos pelo IDEB e as possíveis relações com as políticas orçamentárias previstas para a educação básica implementadas pelo município.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A educação como sendo um direito da sociedade, deve ser ofertada com qualidade para que as pessoas possam se desenvolver e ter participação de forma efetiva nas questões sociais, econômicas, culturais, entre outras, tomando como base o momento histórico na qual estão inseridas. O fruto da educação com qualidade, vislumbrando-a como uma política pública conforme apontado por Dourado e Oliveira (2009), está relacionado dentre inúmeros fatores com os recursos financeiros destinados pelo poder público para o desenvolvimento de suas atribuições. Desta forma, é possível utilizar alguns indicadores para mensurar o resultado da qualidade da educação, como o IDEB e a alocação de recursos financeiros oriundos do poder público.

Sendo assim, o presente estudo procurou estabelecer uma análise contrapondo os recursos destinados à educação por parte da prefeitura municipal de São José dos Campos-SP e os resultados verificados pelo IDEB no ensino fundamental. Deste modo, este paralelo foi verificado por intermédio de um levantamento de dados, tomando como base o IDEB observado e as metas projetadas para a 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano e as despesas da Secretaria de Educação. Estes dados levaram em consideração os anos de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.

Os dados relativos às despesas da Secretaria de Educação foram extraídos da Lei Orçamentária Anual do município compreendendo os anos 2011, 2013 e 2015. Neste estudo, adotou-se o IDEB pela sua concepção, de permitir que a sociedade se mobilize a favor da educação. Além disso, este indicador é de suma importância para este estudo, pois conforme destacado pelo BRASIL (2011), mede a qualidade da educação considerando o fluxo escolar dos alunos. Pela relevância da Lei Orçamentária Anual para o município, esta foi selecionada, pois determina as despesas e receitas a serem executadas.

Com efeito, a relação entre o IDEB e as Despesas da Secretaria de Educação foram relacionados conforme a Tabela 3:

Tabela 3 – Relação entre o IDEB da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano e as Despesas da Secretaria de Educação do Município de São José dos Campos-SP

ANO	IDEB				DESPESAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
	4ª série / 5º ano		8ª série / 9º ano		
	Observado	Metas projetadas	Observado	Metas projetadas	
2005	5,2	-	4,9	-	-
2007	5,6	5,3	5,0	4,9	-
2009	5,9	5,6	5,1	5,1	-
2011	6,1	6,0	5,4	5,3	R\$ 355.155.000,00
2013	6,5	6,2	5,2	5,7	R\$ 429.586.000,00
2015	-	6,4	-	6,0	R\$ 515.822.000,00

Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: IDEB (2015); LOA (2011, 2013 e 2015)

Estabelecendo em um primeiro momento uma análise do IDEB relativo à 4ª série/5º ano do ensino fundamental, pôde-se observar que de modo generalista, em 2005 o índice apresentou resultado de 5,2 pontos. Em 2007, havia-se projetado como meta 5,3 pontos, mas obteve-se o resultado de 5,6 pontos. No ano de 2009, a meta era de 5,6 pontos, mas obteve-se um índice de 5,9 pontos.

Verifica-se pela Tabela 3, portanto, que ao passar dos anos o IDEB relativo à 4ª série/5º ano do ensino fundamental apresentou crescimento médio de 0,35 pontos entre os anos 2005 e 2009, no entanto, neste momento não foi possível estabelecer uma relação com os investimentos públicos, pois a LOA para os referidos anos não está disponível no Portal da Prefeitura do município de São José dos Campos-SP para consulta.

Nos anos posteriores, isto é, 2011, 2013 e 2015, observou-se que as despesas da Secretaria de Educação foram crescentes, ou seja, em 2011, foram destinados a esta secretaria R\$ 355.155.000,00; em 2013 o valor cresceu para R\$ 429.586.000,00 e; em 2015, o valor passou para R\$ 515.822.000,00.

Considerando de forma relativa e não absoluta e conforme observado na Tabela 3, as despesas aumentaram, ao mesmo passo que os índices do IDEB também se elevaram, como se pode verificar que relativo ao IDEB da 4ª série/5º ano, no ano de 2011, a meta projetada era de 6,0 pontos atingindo 6,1 pontos e em 2013, a meta era de 6,2 pontos, atingindo a marca de 6,5 pontos. Para o ano de 2015, espera-se uma meta de 6,4 pontos.

Esta mesma relação foi estabelecida com a 8ª série/9º ano, no qual em 2005 foi apresentado um IDEB de 4,9 pontos. No ano de 2007, a meta projetada era de 4,9 pontos, mas atingiu-se a marca de 5,0 pontos e em 2009, a meta de 5,1 pontos é alcançada. No que diz

respeito às despesas da Secretaria de Educação já tratadas anteriormente e ditas como crescentes, observou-se que em 2011 havia uma meta projetada de 5,3 pontos, mas atingiu-se 5,4 pontos; em 2013, a meta era de 5,7 pontos atingindo 5,2 pontos e; em 2015, a meta cresce para 6,0 pontos.

Excetuando o dado obtido pelo IDEB de 2013 relativo ao índice observado na 8ª série/9º ano no qual o resultado foi menor do que o esperado (meta de 5,7 pontos, atingindo apenas 5,2 pontos), observou-se que nos demais valores há uma relação entre as despesas da Secretaria de Educação e os resultados obtidos pelo IDEB bem como suas respectivas metas. Em outras palavras, notou-se que ao longo dos anos os resultados observados aumentaram.

Nos anos em que foi possível verificar as despesas da Secretaria de Educação, cujos valores foram crescentes, percebeu-se que o IDEB observado e as metas projetadas também cresceram. Em síntese: de modo relativo e não absoluto, as metas e os resultados cresceram à medida que os investimentos destinados à educação foram ampliados. Isso motiva a ideia de que quando o poder público, no caso deste estudo, a Prefeitura investe mais em educação, conseqüentemente, melhores resultados inerentes ao IDEB podem ser encontrados. Como apontado por Dourado, Oliveira e Santos (2007) comprovou-se que é importante que haja condições e insumos para que o poder público possa ofertar um ensino de qualidade.

Desta forma, discutindo estes dados juntamente com os autores do referencial teórico, reafirmou-se que se os resultados do IDEB apresentaram melhorias, por consequência, também houve melhorias na educação básica como um todo. Novamente conforme mostrado por Rios (2012), por intermédio do IDEB é possível criar condições favoráveis em relação à aplicação de recursos em áreas consideradas prioritárias. Além disso, é importante salientar que conforme Fernandes (2007), o objetivo até 2021 é atingir a média do IDEB correspondente aos países desenvolvidos, compreendida em 6 pontos.

Como apresentado na Tabela 3, projetou-se a meta de 6 pontos correspondente aos países desenvolvidos, para o ensino fundamental do município de São José dos Campos-SP, para a 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano, respectivamente, nos anos de 2011 e 2015. O índice observado no ano de 2011 para a 4ª série/5º ano superou a meta de 6 pontos, crescendo 0,2 pontos em relação ao ano de 2009, entretanto, o índice para a 8ª série/9º ano atingiu o valor de 5,2 pontos no ano de 2013, tendo como expectativa um crescimento maior ou igual a 0,8 pontos para se atingir a meta dos países desenvolvidos.

A seguir e em caráter mais específico tomou-se como base as despesas da Secretaria de Educação relativas ao ensino fundamental nos anos de 2011, 2013 e 2015, em virtude da utilização dos dados da LOA referentes aos anos correspondentes.

Essas despesas são compostas de: i) auxílio – alimentação; ii) despesas de exercícios anteriores; iii) diárias – civil; iv) equipamentos e material permanente; v) indenizações e restituições trabalhistas; vi) juros sobre a dívida por contrato; vii) locação de mão de obra; viii) material de consumo; ix) obras e instalações; x) outras despesas variáveis - pessoal civil; xi) outros serviços de terceiros - pessoa física; xii) outros serviços de terceiros - pessoa jurídica; xiii) passagens e despesas com locomoção; xiv) principal da dívida contratual resgatado; xv) serviços de consultoria; xvi) subvenções sociais; xvii) vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, conforme disponível no Portal da Transparência de São José dos Campos (2015).

Como se pôde observar por Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004) é sugerida a aplicação destas verbas em diversos segmentos, pois permite ações como: assistência ao aluno carente, desenvolve as atividades educacionais, implanta um projeto pedagógico, capacita professores, mantém reparos na escola, entre outras ações. Essa observação permite compreender como a alocação adequada dos recursos influencia na qualidade da educação.

Na Tabela 4 seguem as despesas mês a mês referente ao ano de 2011:

Tabela 4 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2011

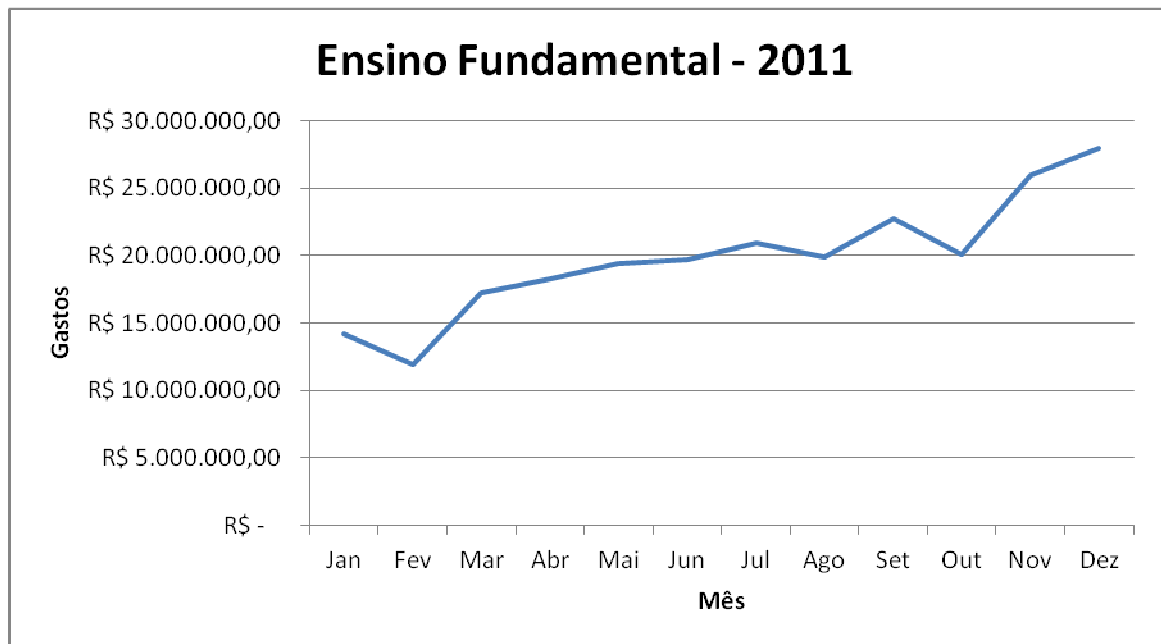
Mês	Despesas
Janeiro	R\$ 14.250.509,77
Fevereiro	R\$ 11.933.545,47
Março	R\$ 17.266.111,2
Abril	R\$ 18.294.051,69
Maio	R\$ 19.384.477,16
Junho	R\$ 19.703.090,74
Julho	R\$ 20.900.634,69
Agosto	R\$ 19.936.780,36
Setembro	R\$ 22.784.020,45
Outubro	R\$ 20.073.476,35
Novembro	R\$ 25.986.575,71
Dezembro	R\$ 27.984.389,74

Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Os valores descritos acima compreenderam as despesas mensais da Secretaria de Educação destinadas ao Ensino Fundamental no ano de 2011. Observou-se que a despesa total relativa ao ano compreendeu o valor de R\$ 238.497.663,33.

A Figura 2 demonstra as despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2011.

Figura 2 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2011



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Em análise, observou-se crescimento das despesas em março, abril, maio, junho, julho, setembro, novembro e dezembro de 2011. Observou-se ainda uma queda em fevereiro, agosto e outubro do mesmo ano.

Na Tabela 5 seguem as despesas mês a mês referente ao ano de 2013:

Tabela 5 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2013

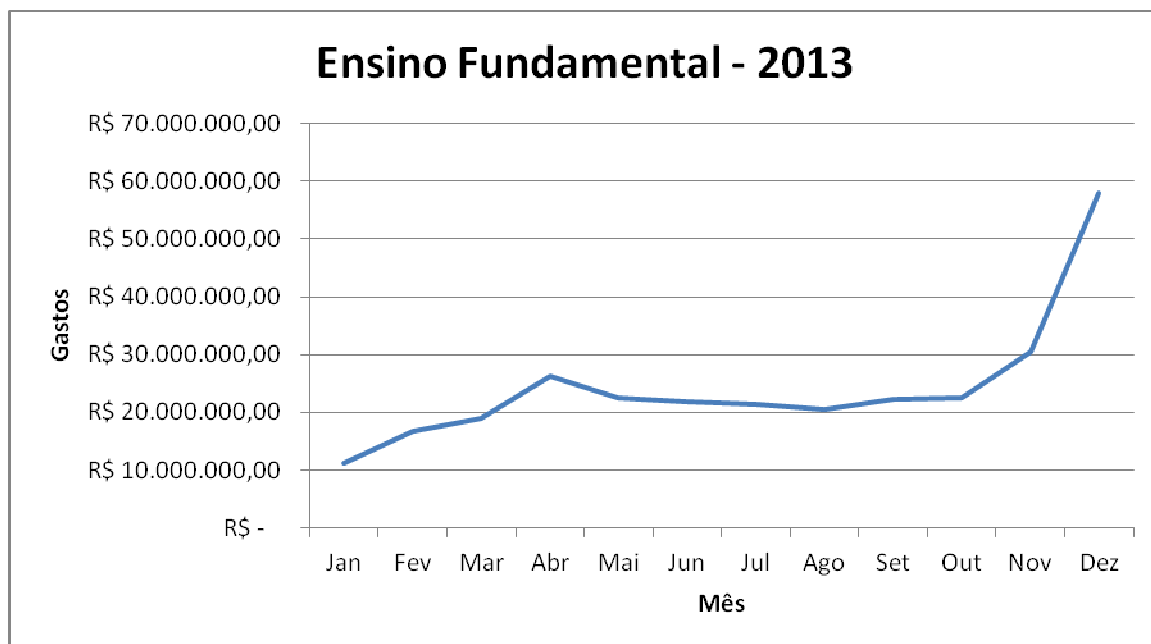
Mês	Despesas
Janeiro	R\$ 11.125.068,92
Fevereiro	R\$ 16.776.506,48
Março	R\$ 19.070.332,56
Abril	R\$ 26.186.220,71
Maio	R\$ 22.563.433,14
Junho	R\$ 21.792.937,85
Julho	R\$ 21.413.568,21
Agosto	R\$ 20.573.435,89
Setembro	R\$ 22.326.565,00
Outubro	R\$ 22.470.088,98
Novembro	R\$ 30.557.110,79
Dezembro	R\$ 58.044.079,09

Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Os valores descritos na Tabela 5 compreenderam as despesas mensais da Secretaria de Educação destinadas ao Ensino Fundamental no ano de 2013. Observou-se que a despesa total relativa ao ano compreendeu o valor de R\$ 292.899.347,62.

A Figura 3 apresenta as despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2013.

Figura 3 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de 2013



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Observou-se no gráfico da Figura 3 um leve crescimento entre os meses de janeiro a abril de 2013, certa estabilidade até outubro e um expressivo crescimento de novembro a dezembro do mesmo ano.

Na Tabela 6 seguem as despesas mês a mês referente ao ano de 2015:

Tabela 6 – Despesas da Secretaria de Educação no ensino fundamental em 2015

Mês	Despesas
Janeiro	R\$ 12.667.901,24
Fevereiro	R\$ 21.627.946,16
Março	R\$ 24.904.414,27
Abril	R\$ 23.018.039,08
Maio	R\$ 25.810.495,23
Junho	R\$ 27.238.088,80
Julho	R\$ 29.550.713,89
Agosto	R\$ 23.506.994,71

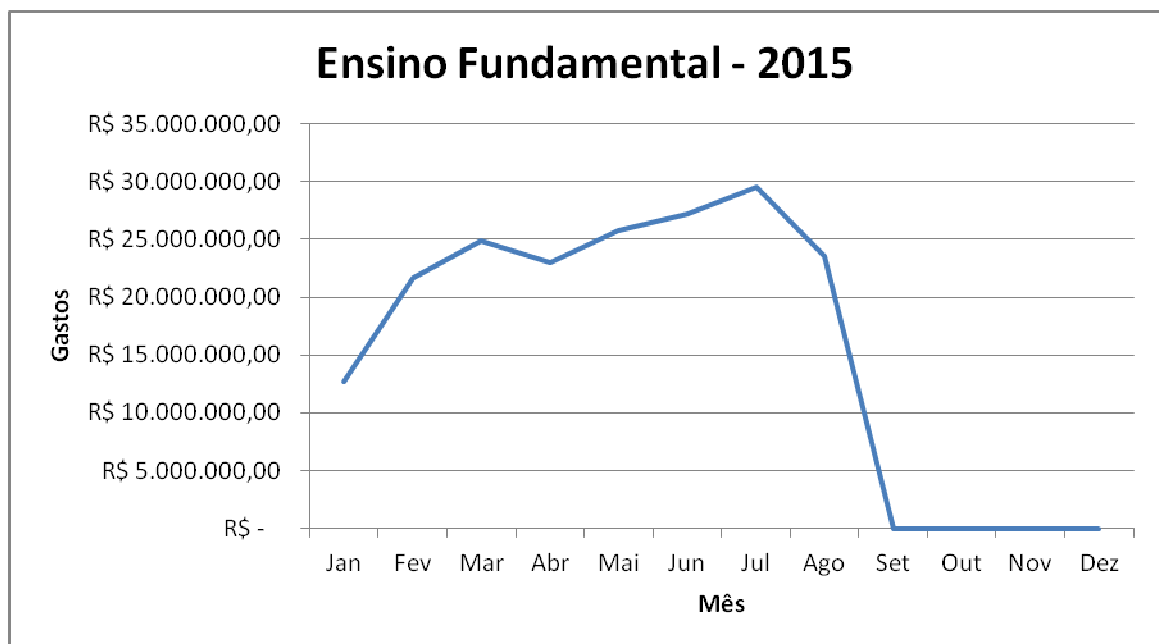
Setembro	R\$ -
Outubro	R\$ -
Novembro	R\$ -
Dezembro	R\$ -

Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Os valores descritos na Tabela 6 compreenderam as despesas mensais da Secretaria de Educação destinadas ao Ensino Fundamental no ano de 2015. Observo-se que a despesa total relativa ao ano até o mês de agosto de 2015 compreendeu o valor de R\$ 188.324.593,38.

A Figura 4 demonstra as despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de janeiro a agosto de 2015.

Figura 4 – Despesas com o ensino fundamental ao longo dos meses de janeiro a agosto de 2015

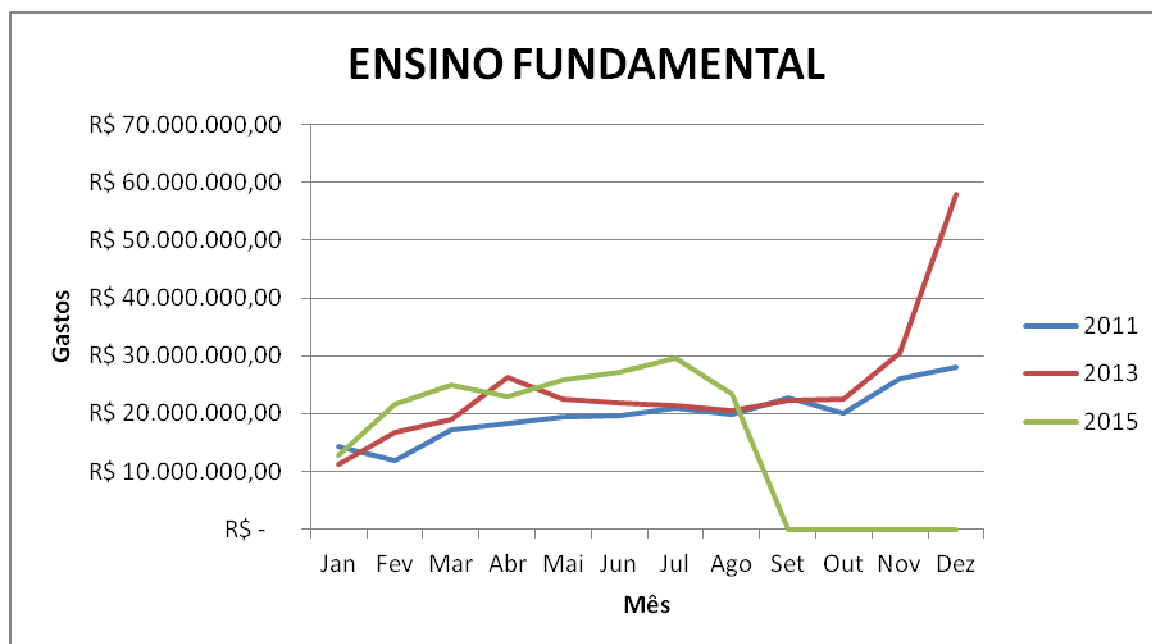


Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Notou-se na Figura 4 que de janeiro a março de 2015 houve um crescimento nas despesas, ao passo que em abril houve certo declínio e nos meses de maio, junho e julho houve novo crescimento, voltando a cair em agosto conforme verificado.

Segue na Figura 5 uma relação consolidada relativa às despesas da Secretaria de Educação inerentes ao ensino fundamental nos anos de 2011, 2013 e 2015:

Figura 5 – Relação consolidada relativa às despesas da Secretaria de Educação inerentes ao ensino fundamental nos anos de 2011, 2013 e 2015



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

De acordo com informações obtidas pelo Portal da Prefeitura consolidadas na Figura 5 e tomando como base o fato de que o ano de 2015 ainda não terminou e que se pode considerar como despesas até o mês de agosto, pôde-se estabelecer um paralelo entre os anos de 2011, 2013 e 2015 de forma que em termos de valores, as despesas se apresentaram como crescentes ao longo dos anos na maioria dos meses, isto é, percebeu-se que as despesas aumentaram em 2013 quando comparadas ao ano de 2011 e cresceram as despesas de 2015 quando comparadas a 2013, sempre levando em consideração a maioria dos meses e não sua totalidade.

Analisando novamente os dados observados do IDEB bem como suas metas projetadas, entretanto, neste momento estabelecendo um paralelo com as despesas destinadas à educação especificamente no ensino fundamental, notou-se que as despesas cresceram entre os anos 2011 e 2013 e este crescimento representou o valor de R\$ 54.401.684,29. No ano de 2015, o valor considerado foi bastante expressivo, todavia é representado até o mês de agosto. Esse crescimento relacionado às despesas no ensino fundamental permitiu depreender que no mesmo período considerado, as metas projetadas para o IDEB também foram crescentes.

Em suma e de modo relativo, os resultados do IDEB se tornaram mais significativos ao longo dos anos em decorrência da destinação de recursos à educação no ensino fundamental. Isso pôde ser verificado segundo o pensamento de Dourado, Oliveira e Santos (2007) que para se ofertar um ensino é necessário equipamentos, materiais, serviços

oferecidos, existência de professores, segurança, dentre outros fatores a serem considerados. Desta forma, depreendeu-se que é imprescindível a destinação de recursos à educação, de modo que esta tenha condições de ser de qualidade. Em resumo, observou-se que para que uma educação seja de qualidade é preciso que haja investimentos por parte do poder público e de acordo com Rodrigues (1986), a educação é de responsabilidade do Estado, cumprido este dever pela União, Estados e Municípios.

No que diz respeito à dinâmica de financiamento da educação no ensino fundamental, observou-se que as despesas são alocadas em diversos segmentos como demonstrado na Tabela 7 e Tabela 8 que analisa as despesas de acordo com sua natureza ao longo dos anos de 2011, 2013 e 2015.

Tabela 7 – Despesas prioritárias com educação no ensino fundamental de acordo com sua natureza ao longo dos anos 2011, 2013 e 2015

Natureza de Despesa	2011	2013	2015
Aquisição de imóveis	R\$ 335.400,00	R\$ -	R\$ 59.137,79
Auxílio – alimentação	R\$ 6.452.617,16	R\$ 10.071.339,00	R\$ 7.618.540,34
Diárias – civil	R\$ 39.732,50	R\$ 18.114,00	R\$ 6.463,00
Equipamentos e material permanente	R\$ 1.463.951,11	R\$ 23.967.777,79	R\$ 4.290.123,74
Locação de mão de obra	R\$ 13.302.018,57	R\$ 16.750.826,66	R\$ 11.114.571,72
Material de consumo	R\$ 5.769.439,87	R\$ 6.125.861,26	R\$ 5.789.210,79
Obras e instalações	R\$ 23.226.757,86	R\$ 4.954.083,39	R\$ 9.990.289,34
Outras despesas variáveis - pessoal civil	R\$ 17.395.408,15	R\$ 9.120.229,94	R\$ 2.174.171,94
Passagens e despesas com locomoção	R\$ 4.246,10	R\$ -	R\$ -
Subvenções sociais	R\$ 1.697.423,20	R\$ 2.650.482,30	R\$ -

Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

A utilização das verbas para a rede municipal de educação é sugerida por Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004) da seguinte forma: assistência ao aluno carente, material permanente, manutenção e conservação de escolas, material de consumo, capacitação de professores, avaliação de aprendizagem, implantação de um projeto pedagógico e desenvolvimento de atividade da educação.

Ao observar as despesas prioritárias apontadas por Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004) juntamente com os dados da Tabela 7, notou-se que com relação à Aquisição de Imóveis, em 2013, foi nula e no ano de 2015 compreendeu valor bem inferior ao ano de 2011, considerando que representa uma prioridade, deveria ter existido maiores investimentos nesta natureza. As despesas com Auxílio-Alimentação apresentaram tendência crescente, o que

representa um fator positivo, pelo fato desta se caracterizar como prioridade, isto é, assistência ao aluno carente. As despesas com Diárias – Civil tenderam a diminuir, o que representa fator negativo, pois os gastos com diárias são inerentes à capacitação e aperfeiçoamento de profissionais, aspecto fundamental de utilização de verbas. Os Equipamentos e Material Permanente apresentaram oscilações, o que caracteriza insegurança quanto a estes gastos, cuja importância é significativa. A Locação de Mão de Obra tem se apresentado crescente quando verificados os anos 2011 e 2013, o que é visto como positivo, pois contempla o aspecto de manutenção e conservação de pequenos reparos das escolas. O item Material de Consumo, cuja importância é significativa para o funcionamento das escolas, apresentou tendência crescente ao longo dos anos. As Obras e Instalações apresentaram declínio, fator este considerado como negativo pelo fato de representar uma prioridade, isto é, a aquisição de material permanente. As Despesas Variáveis – Pessoal Civil vêm decrescendo, porém, por serem consideradas prioritárias, deveriam ser vistas como crescentes, já que englobam a capacitação e aperfeiçoamento de profissionais. O gasto com Passagens e Despesas com Locomoção foi nulo nos anos de 2013 e 2015, o que não é visto de forma positiva, pois este item também impacta na capacitação e aperfeiçoamento de profissionais. As Subvenções Sociais deveriam ser ampliadas, visto que representam assistência a alunos carentes.

Tabela 8 – Despesas não prioritárias com educação no ensino fundamental de acordo com sua natureza ao longo dos anos 2011, 2013 e 2015

Natureza de Despesa	2011	2013	2015
Contratação por tempo determinado	R\$ 5.973.290,27	R\$ 9.982.954,61	R\$ 7.875.849,15
Despesas de exercícios anteriores	R\$ 227.436,73	R\$ 1.563,91	R\$ 39.000,00
Indenizações e restituições	R\$ 117.429,23	R\$ 171.824,26	R\$ 231.944,05
Indenizações e restituições trabalhistas	R\$ 1.466.360,02	R\$ 3.000.880,21	R\$ 1.138.102,93
Juros sobre a dívida por contrato	R\$ 1.117.025,59	R\$ 953.694,01	R\$ -
Obrigações patronais	R\$ 18.829.171,41	R\$ 2.354.693,63	R\$ 1.698.769,34
Obrigações tributárias e contributivas	R\$ 2.771.936,16	R\$ 4.215.928,02	R\$ 3.156.790,44
Outros serviços de terceiros - pessoa física	R\$ 16.795.046,14	R\$ 26.671.729,44	R\$ 12.957.735,06
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R\$ 38.220.620,24	R\$ 38.026.334,56	R\$ 31.364.197,57
Principal da dívida contratual resgatado	R\$ 214.999,20	R\$ 203.255,96	R\$ -
Salário-família	R\$ 1.200,83	R\$ -	R\$ -

Serviços de consultoria	R\$ -	R\$ 501.585,00	R\$ -
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R\$ 83.076.152,99	R\$ 114.084.898,04	R\$ 74.941.621,69
Obrigações patronais - intra-orçamentário	R\$ -	R\$ 19.058.015,58	R\$ 13.862.404,46
Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado	R\$ -	R\$ 13.276,05	R\$ 15.670,03

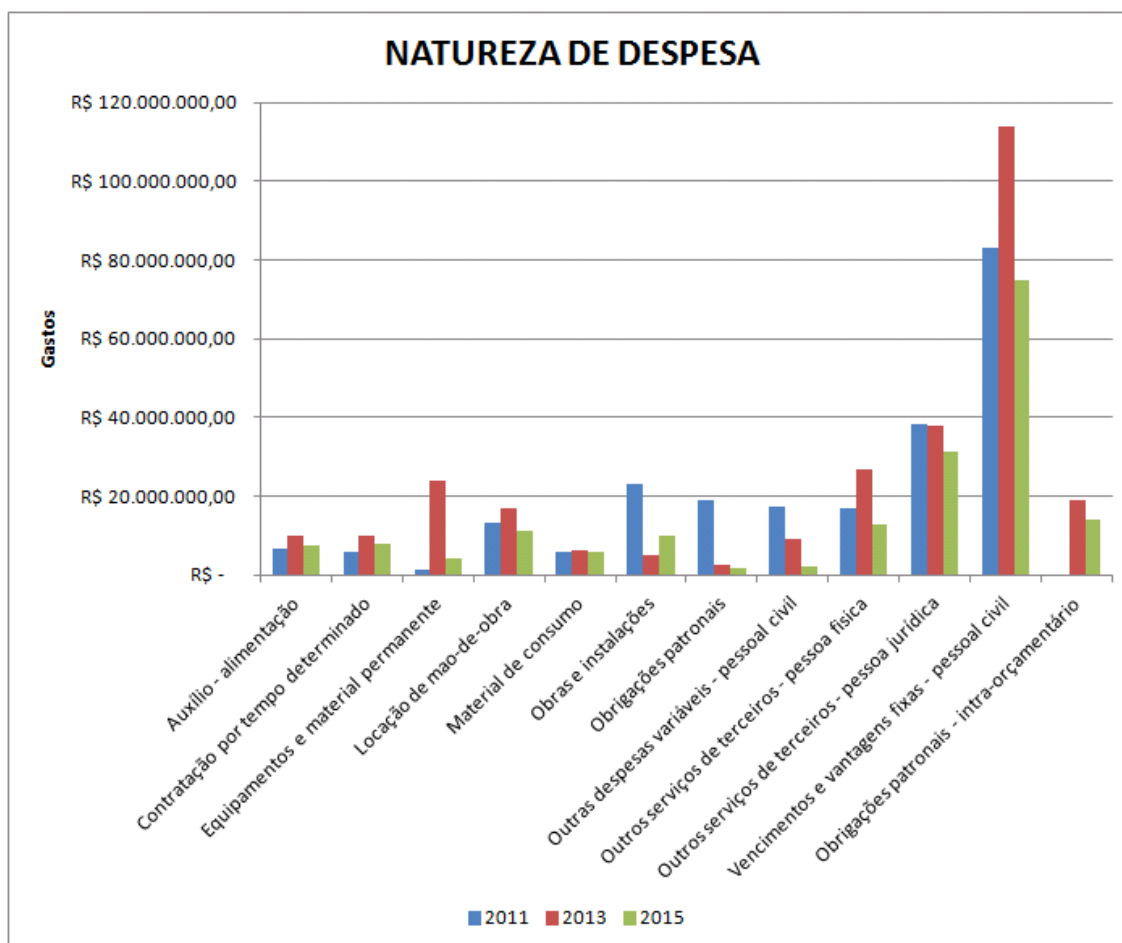
Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Observando as despesas da Tabela 8, que não são apontadas como prioritárias por Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004), notou-se que a Contratação por Tempo Determinado tem se demonstrado crescente, todavia, isto caracteriza-se como fator negativo, pois não representa uma prioridade do ponto de vista sugerido. As Despesas de Exercícios Anteriores diminuíram em 2013 quando comparadas ao ano de 2011, mas voltaram a crescer em 2015, o que não representa fator de relevância com relação à utilização de verbas. As Indenizações, Restituições e Juros sobre a Dívida por Contrato apresentaram valores elevados quando comparados à sua importância, isto é, não é sugerido a utilização do dinheiro público com estas despesas, o que representa perda de verba e deixa-se de utilizar esta com áreas consideradas prioritárias. As Obrigações Patronais e Tributárias e Contributivas embora tenham se apresentado em declínio, não pôde ser vista com bons olhos, pelo fato de não compreender a utilização de verbas da forma sugerida. Os demais Serviços de Terceiros com Pessoa Física e Jurídica tem se demonstrado como elevados, mas não representam prioridade. O Principal da Dívida Contratual Resgatado, Salário-Família e Serviços de Consultoria não são compreendidos como despesas prioritárias dentre as sugeridas. Os vencimentos, Obrigações Patronais e Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado não podem ser tão altos devido o fato de não representarem verbas de maior importância no que tange a educação.

Ainda de acordo com Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004), todos os gastos devem ter planejamento e aprovação dos membros responsáveis.

Em relação aos dados apontados, consolidam-se por intermédio da Figura 6 as despesas mais impactantes de acordo com sua natureza e sua respectiva evolução ao longo dos anos 2011, 2013 e 2015.

Figura 6 – Natureza de despesa da Secretaria de Educação no ensino fundamental nos anos 2011, 2013 e 2015



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

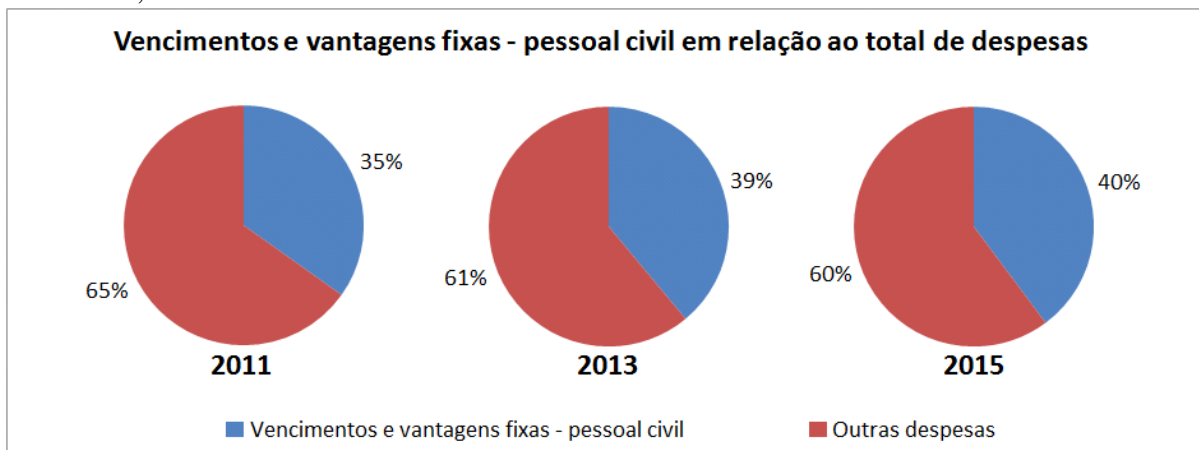
Ao observar a Figura 6, foi perceptível que as maiores despesas decorreram de vencimentos e vantagens fixas com pessoal civil, ou seja, gastou-se em 2011 o valor de R\$ 83.076.152,99, ao passo que em 2013 este valor foi de R\$ 114.084.898,04 e em 2015, o valor foi de R\$ 74.941.621,69, considerando até o mês de agosto para este último ano.

Estabelecendo um paralelo entre os dois primeiros anos considerados, notou-se que houve um aumento significativo nesta categoria de despesa de R\$ 31.008.745,05. Traçando um paralelo entre os vencimentos e vantagens fixas com pessoal civil e os resultados do IDEB do ano de 2011 para o ano de 2013 conforme apresentado na Tabela 3, não se pode afirmar que o aumento de despesas nesta categoria gera melhores resultados no IDEB, que é um indicativo de qualidade da educação básica.

Ao verificar que as despesas com a educação no ensino fundamental compreenderam um valor de R\$ 238.497.663,33 no ano de 2011, observou-se que, considerando de forma isolada, a natureza de despesa “vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil”, esta

representou 34,83% da totalidade. Em 2013, este percentual aumentou para 38,95% e em 2015 houve um novo aumento para 39,79%. Percebeu-se assim uma tendência crescente com relação a esta categoria de despesas, como apresentado pela Figura 7.

Figura 7 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil em relação ao total de despesas nos anos 2011, 2013 e 2015



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: São José dos Campos (2015)

Estabelecendo um paralelo entre este segmento de despesa e políticas públicas para a educação básica, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB verifica-se que para este, 60% dos recursos são destinados à remuneração dos profissionais do magistério, entretanto, isso não ocasionou o aumento significativo de salários e melhoria das condições de trabalho (CORRÊA; SERRAZES, 2013).

Outros serviços de terceiros na categoria pessoa jurídica e pessoa física compreenderam as próximas maiores despesas como verificado na Figura 6.

Analisando as demais naturezas de despesa com evolução 2011-2013, conforme apresentado na Tabela 7 e Tabela 8, notou-se que foram crescentes o auxílio-alimentação, contratação por tempo determinado, equipamentos e material permanente, indenizações e restituições trabalhistas, locação de mão de obra, material de consumo, obrigações tributárias e contributivas, subvenções sociais e obrigações patronais-intra-orçamentário.

Estas naturezas caracterizaram-se como tendência de gastos da prefeitura em relação à educação no ensino fundamental. Esta tendência de gastos é verificada por Dourado, Oliveira e Santos (2007) de forma que para produzir qualidade na educação, é preciso de políticas públicas, programas e projetos e enfrentar questões como fome, drogas, transporte escolar, acesso à cultura e lazer, entre outros. Também observado por Abrahão (2005), o gasto público é atribuído de acordo com a finalidade do objetivo da despesa, visualizando as metas a serem

traçadas tomando como base a ação governamental. Todos estes fatores que precisam ser implementados levam em consideração as necessidades e especificidades sociais, o que acaba por determinar a tendência das despesas.

Pode-se dizer que houve maior gasto com alimentação, permitindo melhor desempenho acadêmico por parte dos alunos, isto é, uma merenda escolar de qualidade contribui para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes, melhorando assim seu aprendizado (CUSTÓDIO, 2008).

A compra de equipamentos e materiais para as escolas possibilita que o aluno tenha as condições mínimas para seu aprendizado. A promoção da educação necessita de um ambiente com condições para que a aprendizagem possa existir. Desta forma, é importante propiciar infraestrutura das escolas, de modo a estimular e viabilizar o aprendizado (NETO; JESUS; KARINO; ANDRADE, 2013).

O cumprimento das obrigações trabalhistas bem como melhoria nos vencimentos e vantagens de pessoal, permite que os profissionais se sintam motivados. O trabalho e a remuneração consistem numa forma de contribuir para o atendimento das necessidades apontadas por Maslow. A remuneração, incentivos e benefícios podem ser compreendidos como fatores motivadores (KERBER; SCHNEIDER, 2012).

Todos estes fatores contribuem de modo significativo para a melhoria dos resultados obtidos pelos alunos, ou seja, se há maiores investimentos nas naturezas já descritas destinadas à educação, conseqüentemente haverá melhorias nos resultados do IDEB. Este fato pode ser evidenciado quando comparados anteriormente os dados tanto pela Lei Orçamentária Anual demonstrando os gastos na educação, tanto pelo Portal da Transparência com os recursos destinados ao ensino fundamental e os resultados apontados pelo IDEB. E mais, se o IDEB tende a crescer ao passo que maiores investimentos são realizados, isto denota que estes investimentos devem continuar existindo e, por conseguinte, devem ser ampliados.

Algumas considerações careceram de atenção como, por exemplo, destacar que em alguns anos não houve despesas com certas naturezas, a saber:

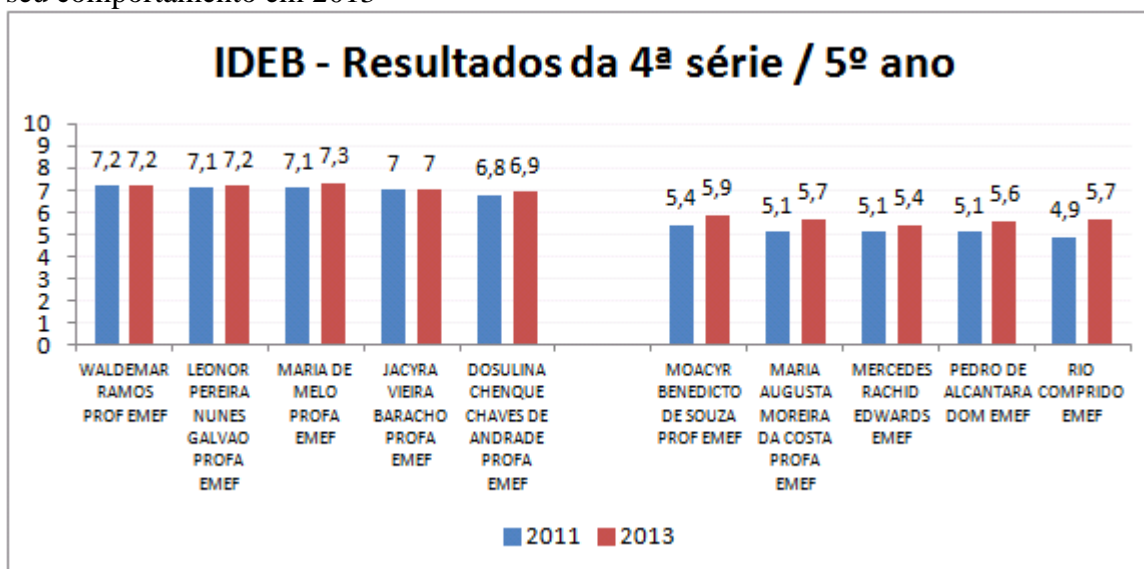
- Aquisição de imóveis: houve um gasto de R\$ 335.400,00 no ano de 2011, mas no ano de 2013, o gasto foi nulo e em 2015, o gasto foi bem menor quando comparado ao primeiro ano estudado, cujo valor foi de R\$ 50.137,79;
- Juros sobre a dívida por contrato: as despesas no ano de 2011 representaram um valor de R\$ 1.117.025,59; em 2013 este valor declinou para R\$ 953.694,01 e em 2015 não houve nenhum gasto com esta natureza de despesa;

- Passagens e despesas com locomoção: em 2011 houve um gasto de R\$ 4.246,10, mas nos anos de 2013 e 2015 esse valor foi nulo;
- Principal da dívida contratual resgatado: houve um declínio de gastos entre 2011 e 2013 no valor de R\$11.743,24 e no ano de 2015 não houve despesas com esta natureza;
- Salário-família: em 2011 o valor gasto com salário-família foi de R\$ 1.200,83 e nos anos seguintes analisados não houve gasto;
- Serviços de consultoria: não houve gasto em 2011 e 2013;
- Subvenções sociais: entre os anos de 2011 e 2013, houve um aumento nos gastos com esta natureza de R\$ 953059,10, entretanto, o gasto foi nulo em 2015;
- Obrigações patronais – intra-orçamentário: em 2011 o gasto foi nulo;
- Ressarcimento de despesas de pessoal requisitado: em 2011 o gasto foi nulo.

Ao excluir as maiores despesas, verificou-se que as despesas com aquisição de imóveis, despesas de exercícios anteriores, diárias-civil, indenizações e restituições, passagens e despesas com locomoção, principal da dívida contratual resgatado, salário família, serviços de consultoria e ressarcimento de despesas de pessoal requisitado constitui-se como despesas mínimas, ou às vezes até nulas, o que permitiu concluir que estas não impactam ou tem impacto de menor intensidade em relação ao IDEB. O que se quer extrair é a ideia de que estas despesas, além de baixas em relação às demais, muitas das vezes não são contínuas, o que as caracterizam nos períodos considerados como despesas de menor relevância financeira ou de menor impacto no orçamento e por consequência de menor influência nos resultados obtidos pelo IDEB.

A seguir verificam-se na Figura 8 as cinco maiores e menores notas relativas às escolas de 4ª série/5º ano no IDEB de 2011 bem como seu comportamento em 2013:

Figura 8 – Cinco maiores e menores notas das escolas de 4ª série/5º ano no IDEB de 2011 e seu comportamento em 2013



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: IDEB (2015)

Importante ressaltar que os indicadores apresentados não se amparam somente em recursos financeiros, isto é, conforme destaca Dourado, Oliveira e Santos (2007), a qualidade da educação leva em conta a gestão escolar, o currículo, as condições de trabalho, a formação do professor, entre outros. As características pedagógicas precisam ser tomadas como base, isto é, a gestão deve se alinhar aos aspectos pedagógicos, de modo que os profissionais se engajem e se motivem com seu trabalho.

E mais, é preciso ter claro que a injeção de novos recursos nos estados e municípios não significa, por si só, melhoria da educação. É necessário fiscalização e controle na aplicação desses recursos e cobrança de resultados notadamente no que se refere a melhorias dos indicadores de quantidade e de qualidade da educação básica. (CORRÊA; SERRAZES, 2013, p. 161).

No que diz respeito aos resultados do IDEB da 4ª série/5º ano obtidos por escolas do município, notou-se com relação à Figura 8 que em 2011 as escolas Waldemar Ramos, Leonor Pereira Nunes Galvão, Maria de Melo, Jacyra Vieira Baracho e Dosulina Chenque Chaves de Andrade tiveram as maiores notas. A escola Waldemar Ramos manteve sua pontuação de 7,2 em 2013; Leonor Pereira Nunes Galvão ampliou sua nota de 7,1 em 2011 para 7,2 pontos em 2013; Maria de Melo passou de 7,1 para 7,3 pontos; Jacyra Vieira Baracho manteve 7 pontos nos dois anos considerados e Dosulina Chenque Chaves de Andrade aumentou de 6,8 pontos em 2011 para 6,9 pontos em 2013.

Estas escolas representaram as cinco maiores notas em 2011, porém, ao analisar seu comportamento em 2013 com relação às demais escolas, observou-se que a maior nota obtida

no ano foi de 7,5 pontos, o que permitiu concluir que a escola Waldemar Ramos que estava em primeiro lugar passou para a 5ª posição; a escola Leonor Pereira Nunes Galvão esteve em segundo lugar em 2011, mas, em 2013 passou para a 6ª posição; a escola Maria de Melo estava na 3ª posição, todavia, passou para a 4ª posição; Jacyra Vieira Baracho que encontrava-se na 4ª posição passou para a 10ª posição em 2013 e Dosulina Chenque Chaves de Andrade que ocupava a 5ª posição passou para a 13ª posição.

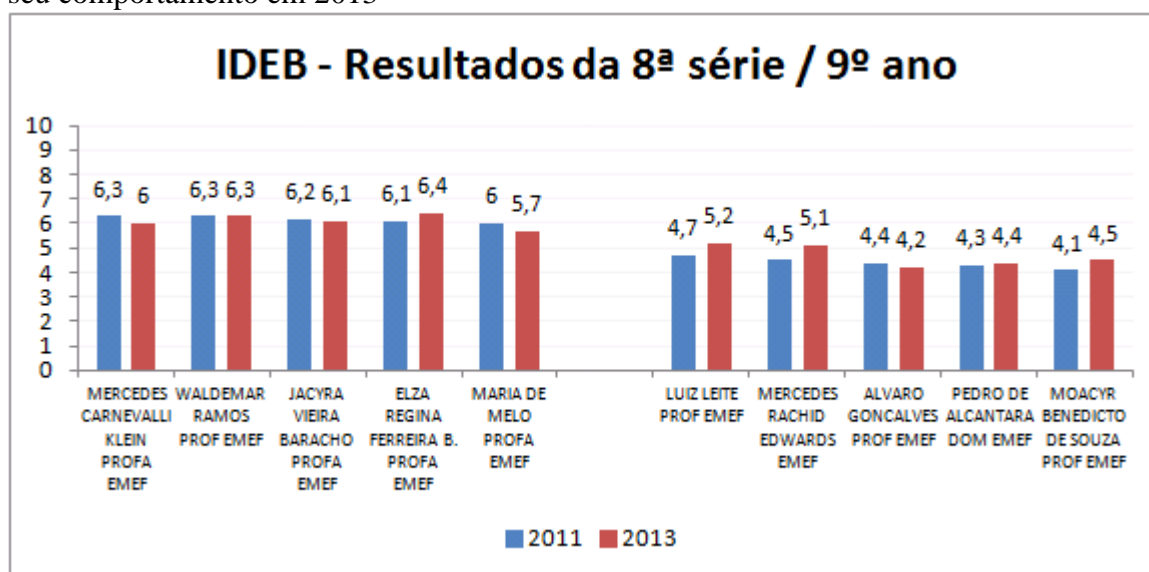
Desta forma, observou-se em relação às escolas analisadas que embora tenham mantido sua pontuação ou até o elevado, estas escolas caíram em termos de ranking quando comparadas às demais escolas do município de São José dos Campos-SP.

No que diz respeito aos resultados do IDEB da 4ª série/5º ano obtidos por escolas do município, notou-se com relação à Figura 8 que em 2011 as escolas Rio Comprido, Pedro de Alcantara, Mercedes Rachid Edwards, Maria Augusta Moreira da Costa e Moacyr Benedicto de Souza tiveram as piores notas.

Como se pode observar, estas escolas representaram as cinco piores notas em 2011, porém, ao analisar seu comportamento em 2013, verificou-se que todas melhoraram seus índices.

A seguir verificam-se na Figura 9 as cinco maiores e menores notas relativas às escolas de 8ª série/9º ano no IDEB de 2011 bem como seu comportamento em 2013:

Figura 9 – Cinco maiores e menores notas das escolas de 8ª série/9º ano no IDEB de 2011 e seu comportamento em 2013



Fonte: Adaptado pela pesquisadora de: IDEB (2015)

No que diz respeito aos resultados do IDEB da 8ª série/9º ano obtidos por escolas do município, notou-se com relação à Figura 9 que em 2011 as escolas Mercedes Carnevalli

Klein, Waldemar Ramos, Jacyra Vieira Baracho, Elza Regina Ferreira Bevilacqua e Maria de Melo tiveram as maiores notas. A escola Mercedes Carnevalli Klein declinou de 6,3 pontos em 2011 para 6 pontos em 2013; Waldemar Ramos manteve seus 6,3 pontos; Jacyra Vieira Baracho caiu de 6,2 pontos para 6,1 pontos; Elza Regina Ferreira Bevilacqua aumentou sua pontuação de 6,1 pontos para 6,4 pontos e; Maria de Melo caiu de 6 pontos para 5,7 pontos em 2013.

Estas escolas representaram as cinco maiores notas em 2011 considerando esta série, entretanto, ao analisar seu comportamento em 2013 com relação às demais escolas, observou-se que a maior nota obtida no ano foi de 6,4 pontos, o que permitiu concluir que a escola Mercedes Carnevalli Klein que se encontrava na primeira posição passou para a 6ª posição; Waldemar Ramos manteve-se na segunda posição; Jacyra Vieira Baracho que estava na 3ª posição passou para a 4ª posição; Elza Regina Ferreira Bevilacqua que estava na 4ª posição passou para a 1ª posição e; Maria de Melo que estava na 5ª posição passou para a 8ª posição.

Sendo assim, notou-se com relação às escolas analisadas que houve declínio, estabilidade e aumento de notas, mas quando comparadas em termos de ranking, excetuando a escola Elza Regina Ferreira Bevilacqua que melhorou de posição e a escola Waldemar Ramos que se manteve na mesma posição, todas as demais caíram quando comparadas com a totalidade de escolas municipais.

Em relação às despesas já observadas inerentes à secretaria de educação no ensino fundamental, verificou-se que estas se apresentaram como crescentes ao longo dos anos e estabelecendo uma relação com os resultados do IDEB, notou-se que na 4ª série/5º ano a tendência foi crescente para algumas escolas como Leonor Pereira Nunes Galvão, Maria de Melo e Dosulina Chenque Chaves de Andrade e de estabilidade para Waldemar Ramos e Jacyra Vieira Baracho. Já para a 8ª série/9º ano, observou-se que embora as despesas tenham sido crescentes, as escolas Mercedes Carnevalli Klein, Jacyra Vieira Baracho e Maria de Melo apresentaram queda em seu desempenho. Somente a escola Waldemar Ramos manteve sua pontuação e Elza Regina Ferreira Bevilacqua aumentou sua nota.

No que diz respeito aos resultados do IDEB da 8ª série/9º ano obtidos por escolas do município, notou-se com relação à Figura 9 que em 2011 as escolas Moacyr Benedicto de Souza, Pedro de Alcantara, Alvaro Gonçalves, Mercedes Rachid Edwards e Luiz Leite tiveram as piores notas.

Como se pode observar, estas escolas representaram as cinco piores notas em 2011, porém, ao analisar seu comportamento em 2013, verificou-se que exceto a escola Alvaro Gonçalves, que declinou de 4,4 para 4,2 pontos, todas as demais melhoraram seus índices.

Confrontando as despesas da Secretaria de Educação inerentes ao ensino fundamental nos anos de 2011 e 2013, apresentado na Figura 5 e as cinco maiores e menores notas relativas às escolas de 4ª série/5º ano no IDEB de 2011 e 2013, apresentado na Figura 8, concluiu-se que as despesas aumentaram e com efeito as escolas mantiveram ou melhoraram seus índices. Todavia, ao comparar estas mesmas despesas e as cinco maiores e menores notas relativas às escolas de 8ª série/9º ano no IDEB de 2011 e 2013, conforme Figura 9, verificou-se que não foi apresentado o mesmo comportamento, pelo fato de que algumas escolas pioraram seus índices mesmo com o aumento das despesas da secretaria de educação.

Isso permite depreender que exclusivamente o aumento de despesas não resulta em plena melhoria dos resultados frente ao IDEB pelas escolas.

Importante verificar novamente que a qualidade da educação não deve levar em consideração somente recursos financeiros, mas conforme observa Dourado, Oliveira e Santos (2007), deve levar em consideração aspectos técnicos, políticos e pedagógicos, considerando como importantes fatores como desvalorização profissional, condições de ensino, desigualdades dos alunos e atualização dos profissionais. É imprescindível a participação de pais e alunos na educação. Além disso, é importante levar em consideração as condições de vida de pessoas menos assistidas, seu nível de renda, nível de escolaridade dos pais, acesso à internet, dentre outras determinantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este teve por objetivo analisar a relação existente entre os recursos destinados à educação e os resultados obtidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. O estudo foi ao encontro com diversos autores evidenciando a importância dos indicadores, especialmente do IDEB para a educação básica. Foi ressaltado na fundamentação teórica o conceito de educação, mais precisamente sua abordagem como direito do cidadão e dever do Estado. Abordou-se a educação como responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios.

O IDEB é verificado como um medidor da qualidade da educação, na qual é apresentado numa escala de zero a dez com metas bianuais.

Pode-se dizer acerca deste estudo que com relação à metodologia utilizada, tomou-se como base a pesquisa qualitativa, podendo também se caracterizar como estudo de caso, já que se referiu a um determinado contexto do município de São José dos Campos – SP. Ainda foi abordada a pesquisa descritiva, pois descreveu e analisou os dados do IDEB e dos aspectos orçamentários do município. A ênfase deste estudo consistiu na pesquisa documental, pois se trabalhou com documentos e dados localizados em diversas fontes.

No que diz respeito à coleta de dados, percebeu-se uma relação entre as despesas da Secretaria de Educação e os resultados obtidos pelo IDEB. O que foi verificado é que de forma relativa, os valores com despesas destinadas à secretaria de educação se elevaram, ao passo que os resultados do IDEB também aumentaram.

Verificou-se ainda que as despesas com educação no ensino fundamental são compostas de auxílio – alimentação, despesas de exercícios anteriores, diárias – civil, equipamentos e material permanente, indenizações e restituições trabalhistas, juros sobre a dívida por contrato, locação de mão de obra, material de consumo, obras e instalações, outras despesas variáveis - pessoal civil, outros serviços de terceiros - pessoa física, outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, passagens e despesas com locomoção, principal da dívida contratual resgatado, serviços de consultoria, subvenções sociais, vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil. Essas despesas apresentaram tendência em crescimento quando considerados os anos 2011, 2013 e 2015.

Estas despesas são classificadas em prioritárias e não prioritárias, sendo as prioritárias a aquisição de imóveis, auxílio alimentação, diárias-civil, equipamentos e material permanente, locação de mão de obra, material de consumo, obras e instalações, outras despesas variáveis-pessoal civil, passagens e despesas com locomoção e subvenções sociais e

não prioritárias a contratação por tempo determinado, despesas de exercícios anteriores, indenizações e restituições, indenizações e restituições trabalhistas, juros sobre a dívida por contrato, obrigações patronais, obrigações tributárias e contributivas, outros serviços de terceiros - pessoa física, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, principal da dívida contratual resgatado, salário família, serviços de consultoria, vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, obrigações patronais – intra – orçamentário e ressarcimento de despesas de pessoal requisitado.

Verificou-se também que as maiores despesas com educação no ensino fundamental decorreram de vencimentos e vantagens fixas com pessoal civil. Em 2015, esta natureza representou 39,79% da totalidade.

Referente às escolas analisadas que apresentaram as cinco maiores notas do IDEB no ensino fundamental, observou-se que considerando a 4ª série/5º ano a tendência foi crescente, entretanto, a maioria das escolas com as maiores notas inerentes a 8ª série/9º ano apresentaram tendência decrescente com relação a seu desempenho. Esta comparação foi realizada entre os anos de 2011 e 2013.

É importante destacar que para Cesar, Vetorazzi e Oliveira (2004), além de adquirir material permanente, manter e conservar uma escola, adquirir material de consumo, é imprescindível a capacitação e aperfeiçoamento de professores, bem como a implantação de um projeto pedagógico e desenvolvimento de atividades voltadas à educação.

Embora, o foco deste estudo tenha sido analisar a relação existente entre o IDEB e os recursos financeiros destinados à educação, para trabalhos futuros, é importante destacar que quando se busca a qualidade da educação é preciso que haja a melhoria do recrutamento, do processo de formação e das condições de trabalho dos professores. É preciso que os professores possuam conhecimentos e competências profissionais para que a qualidade seja almejada efetivamente. Portanto, é preciso levar em consideração aspectos que vão além da estrutura orçamentária, mas que impactam diretamente na qualidade pretendida.

Este estudo se vincula ao contexto da Gestão Pública Municipal, pois levou-se em consideração, aspectos do orçamento público, isto é, tomou como base a Lei Orçamentária Anual do município e informações inerentes às despesas por natureza na educação no ensino fundamental disponíveis no Portal da Transparência de São José dos Campos-SP.

Estes aspectos financeiros foram comparados aos resultados do IDEB. Esta discussão pode contribuir para a elaboração e/ou manutenção de políticas públicas voltadas à eficiência da qualidade na educação no município.

Para que se produza qualidade na educação é de suma importância a existência de políticas públicas e programas para que se possa enfrentar os problemas ou ainda auxiliar no desenvolvimento das escolas e da educação como um todo. Este estudo pode contribuir no desenvolvimento de estratégias para o financiamento da educação no ensino fundamental do município de São José dos Campos-SP.

Os objetivos propostos foram atingidos, uma vez que estabeleceu-se uma relação entre as despesas destinadas à educação por parte da prefeitura e os resultados obtidos pelo IDEB. Além de identificar resultados e analisar a relação existente, este pode ser utilizado como forma de diagnóstico para elaboração de estratégias.

De modo geral, pode-se dizer que os recursos não estão sendo aplicados de forma estratégica, já que aproximadamente 40% das despesas decorrem de vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, o que não representa uma prioridade. Além disso, grande parte das despesas não prioritárias apresentaram tendência crescente e no caso das prioritárias apresentaram tendência decrescente.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Jorge. Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 841-858, Especial - Out. 2005.
- ALAVARSE, Ocimar M; BRAVO, Maria H.; MACHADO, Cristiane. Avaliações externas e qualidade na educação básica: articulações e tendências. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 12-31, jan./abr. 2013.
- BONAT, Debora. **Metodologia da pesquisa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.
- BRASIL. **A educação básica, avanços e desafios**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011. 25 p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 21 jul. 2015.
- CASTRO, Maria H. G. de. Sistemas de avaliação da educação no Brasil: avanços e novos desafios. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2009.
- CESAR, Maria A.; VETORAZZI, Nilcéia G.; OLIVEIRA, Therezinha de J. L. **Regularização, utilização de verbas e prestação de contas** - Manual de orientação. São José dos Campos: Associação Amigos da Escola - AAE, 2004, 7 p.
- COLOMBO, Sonia S.; CARDIM, Paulo A. G. Nos **bastidores da educação brasileira: a gestão vista por dentro**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- CORRÊA, Rubens A.; SERRAZES, Karina E.. **Políticas da educação básica**. Batatais: Claretiano, 2013.
- COSTA, Jean M. A.; ARAÚJO, Rosemeire B. M. de. A relação entre os entes federados na política de planejamento da educação básica: o plano de ações articuladas - par - no desenvolvimento da gestão municipal. **Anpae**. Recife, p. 5, mai. 2013.
- CURY, Carlos R. J. A Educação Básica como Direito. **Programa de pós-graduação em educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, Cadernos de Pesquisa, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio/ago. 2008.
- CURY, Carlos R. J. Educação em tempos de crise. **Revista Escola Pública.**, 2015. Edição 43. Disponível em: <<http://revistaescolapublica.com.br/fixos/solucoes/busca.asp?t=tempos%20de%20crise%20cury>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- CUSTÓDIO, Ivanir M. Influências da alimentação na aprendizagem. **Secretaria da Educação do Estado do Paraná**, Paraná, 2008.

DELEVATTI, Alex F. **A educação básica como direito fundamental na constituição brasileira**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) – Centro de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

DOURADO, Luiz F. et. al. **Conselho escolar e o financiamento da educação no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

DOURADO, Luiz F.; OLIVEIRA, João F. de; SANTOS, Catarina A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, Estados, Municípios e Escolas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, MEC, 2007.

FONSECA, Regina C. V. da. **Metodologia do trabalho científico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Robledo L. **Tipos de pesquisa**. Disponível em <<http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

HADDAD, F. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. **Revista Solta a Voz**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 291-294, 2008.

IDEB. **Resultados e metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4590839>>. Acesso em: 06 set. 2015.

KERBER, Soraia; SCHNEIDER, Alexandre M. Benefícios flexíveis. **Destaques acadêmicos**, Lajeado, v. 4, n. 1, 2012.

MIGUEL, Paulo A. C. Metodologia de pesquisa para engenharia de produção e gestão de operações. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NETO, Joaquim J. S.; JESUS, Girlene R.; KARINO, Camila A.; ANDRADE, Dalton F. Uma escala para medir a infraestrutura escolar. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

RIOS, Mônica P. G. Desafios da gestão escolar para a melhoria da qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem do ensino fundamental. **Universidade do Oeste de Santa Catarina**, Santa Catarina, 2012.

RIZZI, Ester; GONZALEZ, Marina; XIMENES, Salomão. **Direito humano à educação**. 2 ed. Curitiba: SK Editora Ltda, 2011.

RODRIGUES, Neidson. A Gestão pública da educação – Responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 30, abr./jun. 1986.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Despesas por função**. Disponível em: <http://www.sjc.sp.gov.br/servicos/portal_da_transparencia/despesa_funcao.aspx>. Acesso em: 11 set. 2015.

_____. Lei nº 8265/10, de 08 de dezembro de 2010. **Lei Orçamentária Anual**. São José dos Campos, 08 dez. 2010.

_____. Lei nº 8841/12, de 21 de dezembro de 2012. **Lei Orçamentária Anual**. São José dos Campos, 26 dez. 2012.

_____. Lei nº 9234/12, de 23 de dezembro de 2014. **Lei Orçamentária Anual**. São José dos Campos, 23 dez. 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SOARES, José F.; XAVIER, Flávia P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. **Educ. Soc.** vol. 34 no.124 Campinas jul.set. 2013.

SOUZA; Girlene S. de; SANTOS, Anacleto R. de; DIAS, Viviane B. **Metodologia da pesquisa científica: a construção do conhecimento e do pensamento científico no processo de aprendizado**. 1 ed. Porto Alegre: Animal, 2013.

USP, Universidade de São Paulo. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

VELOSO, Fernando et al. **Educação básica no Brasil: Construindo o país do futuro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

VIANNA, Carlos E. S. Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira. **Janus**, Lorena, ano 3, nº 4, 2º semestre de 2006.